

MULTIPLA

FECOMERCIOSP

Relatório anual completo

2 0 1 5

Plano de Benefícios **Mercúrio**
CNPB: 1994.0003-92

I - Resumo

1.	Mensagem da Diretoria Executiva	4
2.	Saiba mais sobre a Patrocinadora	5
3.	Saiba mais sobre o Plano	6
4.	Situação Patrimonial	7
a.	Demonstração do Ativo Líquido (DAL) do Plano	7
b.	Demonstração da Muta��o do Ativo Líquido (DMAL) do Plano	8
5.	Opinião sobre os resultados	9
a.	Parecer da Auditoria Externa	9
b.	Parecer Atuarial do Plano	9
6.	Informa��es sobre Investimentos	10
a.	O ano de 2015 e as perspectivas para 2016	10
b.	Resultado dos Investimentos	11
c.	Rentabilidade do Plano	12
d.	Política de Investimento	12
e.	��ndice de Referência do Plano	12
f.	Faixas de Aloca��o de Recursos do Plano	13
g.	Aloca��o por Gestor do Plano	14
h.	Auditoria dos Investimentos	14

7.	Informações sobre Despesas Do Plano	15
8.	Principais Alterações do Plano	16
9.	Composição do Conselho	17
10.	Glossário	18

II - Demonstrações Contábeis

1.	Balanço Patrimonial	19
2.	Demonstração da Muta��o do Patrimônio Social (DMPS) – Consolidada	20
3.	Demonstr��o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) – Consolidada	21
4.	Demonstr��o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) – Do Plano	22
5.	Demonstr��o da Muta��o do Ativo Líquido (DMAL) – Do Plano	23
6.	Demonstr��o do Ativo Líquido (DAL) – Do Plano	24
7.	Demonstr��o das Provisões Técnicas (DPT) – Do Plano	25
8.	Notas Explicativas	26
9.	Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstr��o�es Contábeis	46

III - Investimentos

1.	Políticas de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa	47
2.	Políticas de Investimentos – Do Plano	53
3.	Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa	61
4.	Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Do Plano	63

IV - Outras Informações

1.	Parecer Atuarial	64
2.	Parecer do Conselho Fiscal	67
3.	Ata da Reunião do Conselho Deliberativo	72

1. Mensagem da Diretoria Executiva

Planejando o amanhã

Você já imaginou como as mudanças do mundo podem transformar a sua vida no futuro?

Com os avanços da tecnologia e medicina, as pessoas vivem cada vez mais. Por um lado, isso é muito positivo e traz mais tempo para aproveitar a vida, mas, por outro, impacta diretamente no INSS e na quantidade de recursos disponíveis no mundo.

A tendência é que os benefícios da previdência social sejam cada vez menores e, também, que os produtos fiquem mais caros.

Porém, você deu um importante passo para enfrentar estes desafios, aderindo ao seu Plano de Previdência. Assim você garante a sua tranquilidade e de sua família no futuro.

Contamos com profissionais qualificados, trabalhando com excelência para buscar bons retornos ao seu investimento. E você também tem um papel importante nesta fase: manter um planejamento financeiro previdenciário e acompanhar, com atenção, todos os aspectos do seu plano.

Você pode começar a fazer isso agora, lendo este Relatório Anual com os resultados do seu Plano no ano de 2015.

Boa leitura

Diretoria Executiva

2. Saiba mais sobre a Patrocinadora

Caro Participante!

O Relatório Anual da Múltipla reúne os principais documentos e informações que permitem a você acompanhar de perto o seu plano e analisar a entidade sob os seguintes aspectos:

- Posição Patrimonial e Financeira;
- Despesas administrativas;
- Resultado dos investimentos em 2015;
- Política de investimentos para 2016;
- Alterações realizadas em seu plano em 2015;
- Situação atuarial.

Este Relatório Anual está em linha com os princípios da Múltipla, retratando a transparência, governança corporativa e seriedade que orientam todas as ações da entidade.

Em caso de dúvidas, consulte a entidade, por meio dos canais de comunicação disponibilizados a você. Teremos o maior prazer em ajudar.

Múltipla

A Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), criada em dezembro de 1993 que administra os planos de previdência complementar contratados pelas empresas que desejam oferecer esse benefício aos seus colaboradores.

A Múltipla possui uma gestão altamente responsável que aplica as boas práticas de governança, como transparência, prestação de contas e integridade.

Atualmente a Múltipla é composta por:

- 5 planos;
- 17.571 participantes;
- Patrimônio total de R\$ 1,6 bilhão.

3. Saiba mais sobre o Plano

PARTICIPANTES DO PLANO



PATRIMÔNIO



PAGAMENTOS EM 2015



4. Situação Patrimonial

A. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) DO PLANO

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Para acompanhamento da situação patrimonial e financeira do seu plano de benefícios, é importante analisar os dados de, pelo menos, dois documentos contábeis elaborados anualmente.

Veja, a seguir, os principais números de 2015 comparados aos resultados do exercício anterior:

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL)

Apresenta a posição financeira das contas que compõem o ativo líquido e também o patrimônio social do plano. O ativo líquido é o montante que o plano possui para cumprir com os pagamentos de benefícios atuais e futuros.

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
1. ATIVOS	29.534	27.353	8
Disponível	3	4	(25)
Recebível	65	3	2.067
Investimentos	29.466	27.346	8
Fundos de Investimentos	29.466	27.346	8
2. OBRIGAÇÕES	32	31	3
Operacional	32	31	3
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	65	3	2.067
Fundos Administrativos	65	3	2.067
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	29.437	27.319	8
Provisões Matemáticas	24.367	22.573	8
Fundos Previdenciais	5.070	4.746	7
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO	29.437	27.319	8
a) Equilíbrio Técnico	-	-	-
b) (+/-) Ajustes de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

4. Situação Patrimonial

B. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) DO PLANO

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	27.319	26.629	3
1. ADIÇÕES	3.777	3.080	23
(+) Contribuições	481	424	13
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.296	2.656	24
2. DESTINAÇÕES	(1.659)	(2.390)	(31)
(-) Benefícios	(1.515)	(2.325)	(35)
(-) Custeio Administrativo	(144)	(65)	122
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	2.118	690	207
(+/-) Provisões Matemáticas	1.794	621	189
(+/-) Fundos Previdenciais	324	69	370
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	29.437	27.319	8
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	65	3	2.067
(+/-) Fundos Administrativos	65	3	2.067

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

5. Opinião sobre os resultados

A. PARECER DA AUDITORIA EXTERNA

Em 21 de março de 2016, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes emitiu seu parecer sobre as demonstrações da Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar, no qual atesta que “as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Múltipla Multiempresas de Previdência Complementar e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).”

B. PARECER ATUARIAL DO PLANO

Em 08 de março de 2016, a Willis Towers Watson Consultoria Ltda., consultoria responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios MERCÚRIO, apresentou a seguinte conclusão:

“Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Informamos que o plano se encontra solvente, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.”

6. Informações sobre investimentos

A. O ANO DE 2015 E AS PERSPECTIVAS PARA 2016

Internacional

Em um contexto de desaceleração da economia global, e com questões internas próprias, as economias latino-americanas seguirão enfrentando desafios ao longo de 2016. Alguns desafios, mas não todos, estão relacionados à perda de ímpeto do crescimento chinês e aos seus impactos sobre os preços das commodities e de produtos básicos em geral. Tal mudança tem afetado a economia mundial de várias maneiras, através de efeitos que não se resumem tão somente a dinâmica comercial, mas também sobre a inflação mundial.

A pressão baixista sobre os preços imposta por esse novo cenário tem sido levado em conta por importantes bancos centrais, como o Federal Reserve (Fed) dos Estados Unidos e o Banco Central Europeu (BCE). Podemos argumentar que, apesar de sua importância, essa pressão deflacionária não impediu o Fed de elevar a taxa básica de juros no final de 2015. No entanto, poucas pessoas acreditam que os juros subirão com a mesma velocidade de outros ciclos, com a maioria dos economistas - e até mesmo com banqueiros centrais - argumentando que um ritmo mais gradual será suficiente. Nesse interim, esperamos que outras autoridades monetárias sustentem um viés expansionista para suas políticas ao longo de 2016.

No caso da Europa, o aumento da liquidez deverá ser a resposta do BCE a desancoragem das expectativas inflacionárias, que têm se mantido deprimidas apesar do anúncio de medidas expansionistas, que se intensificaram ao longo de 2015. Enquanto isso, o Banco Central da China deverá manter o viés da política monetária em território acomodaticio por conta da desaceleração das taxas de crescimento - um movimento esperado pelo governo central, mas que em caso de quedas bruscas poderia gerar choques indesejados na economia global. Ou seja, ainda que alguns bancos centrais optem pelo aumento da taxa de juros nos próximos trimestres, acreditamos que os vetores de expansão monetária ainda serão positivos ao longo de 2016.

Nos últimos trimestres, os bancos centrais dos países latino americanos reagiram a este cenário global elevando suas respectivas taxas básicas de juros. Em 2015 a maior parte destes países sofreu uma intensa depreciação cambial, que poderá se revelar como uma importante fonte de dinamismo nos próximos trimestres devido ao aumento da demanda externa. Todavia, vale notar que o impulso positivo associado com um possível aumento do fluxo de investimento estrangeiro deverá ser contrabalanceado por outro efeito da correção cambial: o repasse da elevação dos preços externos deverá manter os preços domésticos pressionados, com importantes consequências para a condução de políticas monetárias. Isso significa que, no nosso cenário base, assuntos domésticos prevalecerão sobre questões globais, como o aumento das taxas de juros norte-americanas e a queda das cotações.

Brasil

A respeito do que aconteceu nos últimos doze meses, 2015 foi um ano mais desafiador do que o esperado. O plano desenhado pela equipe econômica envolvia um ajuste cujos efeitos contracionistas se limitariam a 2015, mas a terapia de choque não produziu os resultados esperados.

O ajuste incluiu uma combinação de aperto monetário, consolidação fiscal e restrição ao crédito, mas os resultados foram decepcionantes. Dois fatores que contribuíram negativamente para esse fracasso devem ser destacados: a coordenação política e o impacto cíclico da recessão. O primeiro por desidratar e postergar os impactos das medidas do ajuste, e o último por diminuir receitas fiscais recorrentes, tornando o efeito dos cortes de gastos inócuos frente à queda das receitas. A nosso ver, será difícil superar os dois desafios, um cenário que não passou despercebido pelas agências de rating - duas importantes agências de avaliação de risco retiraram o grau de investimento para os títulos soberanos brasileiros.

Como era de se esperar, quando o segundo rebaixamento ocorreu o mercado já tinha precificado esse evento, e a moeda brasileira teve uma das maiores depreciações de 2015. Refletindo o aumento previsto dos preços internos, que resultariam da combinação de um maior repasse cambial e do comportamento inercial dos preços, as expectativas inflacionárias aumentaram para os mais diversos horizontes.

Além disso, esperamos que uma pressão altista associada à aceleração dos preços de alimentos faça com que a inflação permaneça em níveis pouco confortáveis nos próximos meses. Vale ressaltar que os níveis de confiança deprimidos e a contração da atividade podem gerar um processo deflacionário mais intenso do que o atualmente retratado em nosso cenário base.

Com um ajuste fiscal insuficiente e uma dinâmica inflacionária resiliente, a política monetária se encontra num impasse. O fato de essa situação desafiadora ocorrer justamente durante o que provavelmente será a pior contração econômica que o Brasil já experimentou coloca as autoridades econômicas diante de um dilema, onde o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil (BCB) deve avaliar suas alternativas. Ou o BCB espera o impacto desinflacionário surtir efeito, ou aumenta a taxa Selic, enfatizando que vai cumprir seu mandato em 2016, mantendo a inflação abaixo do limite superior da banda (6,5%) e assegurando a convergência da inflação em 2017 (4,5%).

6. Informações sobre investimentos

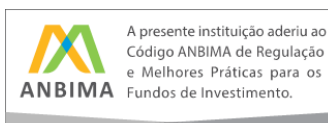
A. O ANO DE 2015 E AS PERSPECTIVAS PARA 2016

Isso posto, esperamos que 2016 seja ainda mais difícil do que 2015 em termos cíclicos. Por exemplo, acreditamos que o PIB e taxas de desemprego vão piorar antes de esboçar uma melhora no final de 2016. A agenda fiscal continuará a ser perseguida, e pode trazer fluxos positivos por conta de regularização de ativos externos, da venda de ativos domésticos e/ou de concessões. No entanto, os sinais associados a este ajuste provavelmente ainda serão mistos, o que trará prejuízos à economia em termos do custo da dívida pública. A nosso ver, esses esforços não serão suficientes para superar o fosso entre a situação atual e as metas oficiais, mas as receitas extraordinárias poderão ajudar o país a fazer a travessia entre a contração atual e uma possível recuperação cíclica em 2017.

A partir de agora a chave para reverter essas perspectivas desoladoras reside na melhora do clima político, com o que passa necessariamente por um aumento do apoio do governo no Congresso. Não é uma tarefa fácil, mas a equipe da Presidente Dilma têm se dedicado com afinco a esse objetivo. Essa coordenação é particularmente importante, tendo em vista que o presidente da Câmara dos Deputados (Eduardo Cunha) aceitou um dos pedidos de impeachment protocolados junto à Câmara ainda em 2015. A nosso ver, o processo será prolongado e os prazos poderão ser influenciados por diversos fatores, como, por exemplo, o questionamento da legalidade do pedido junto ao Supremo Tribunal Federal. Independente do desfecho final, acreditamos que 2016 será provavelmente marcado por um alto nível de incerteza, com impactos negativos na confiança dos agentes. De qualquer modo, esperamos ver movimentos na direção de uma maior coordenação política, o que ajudará a economia a superar o atual ciclo de contração da atividade. Todavia, é importante manter em mente que isso não significa que teremos um cenário de calma nos próximos meses, mas sim que nos permite esperar que 2017 seja melhor.

B. RESULTADO DOS INVESTIMENTOS

O ano de 2015 foi marcado por momentos de alta volatilidade no preço dos ativos e a curva de juros locais encerrou em forte alta, principalmente na parte mais longa da curva, refletindo uma maior incerteza do cenário econômico. Os resultados fiscais continuaram a decepcionar e a inflação IPCA surpreendeu para cima apesar de um ambiente econômico recessivo. Além disso, as decisões da agência de classificação de crédito em rebaixar a classificação do risco Brasil para grau especulativo, juntamente com o aumento da incerteza do cenário político, elevou o sentimento de aversão a risco entre os investidores. Globalmente, o risco de uma desaceleração mais acentuada da economia chinesa e queda no preço das commodities também deixaram os investidores mais cautelosos. Entre os índices de renda fixa o índice IMA-B 5, que contém os títulos públicos indexados à inflação com vencimento em até 5 anos, foi o grande destaque beneficiado principalmente pela forte alta da inflação IPCA em 2015 e a piora na expectativa de inflação para os próximos anos. O cenário não foi diferente para a bolsa de valores que terminou 2015 com desempenho negativo, incorporando nos preços das ações a baixa previsibilidade dos lucros das companhias. O índice Ibovespa caiu 13,3% e foi seguido pelo índice IBX-100 que acumulou queda de 12,4%.



O comentário econômico é uma publicação da Itaú Asset Management. A Itaú Asset Management é o segmento do Itaú Unibanco especializado em gestão de recursos de clientes. As informações contidas nessa publicação foram produzidas dentro das condições atuais de mercado e da conjuntura e refletem uma interpretação do Itaú Unibanco, podendo ser alteradas a qualquer momento sem aviso prévio. Esta publicação possui caráter meramente informativo e não reflete oferta ou recomendação de investimento de nenhum produto específico. Para análise de produtos específicos oferecidos pelo Itaú Unibanco, consulte seu gerente para maior detalhamento e informações completas acerca de suas peculiaridades e riscos. O Itaú Unibanco não se responsabiliza por decisões de investimento tomadas com base nos dados aqui divulgados.

6. Informações sobre investimentos

C. RENTABILIDADE DO PLANO

Rentabilidade Bruta

Em 2015, a carteira do plano apresentou rentabilidade bruta de 12,68% contra 11,99% de retorno do seu Benchmark (73% CDI + 25% IMAB5 + 2% IRFM).

RENTABILIDADE
12,68%

Rentabilidade Líquida

RENTABILIDADE LÍQUIDA
12,29%

A rentabilidade líquida é a mesma que corrige o saldo do participante.

D. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

As políticas de investimentos procuram refletir as características de cada plano e os interesses dos participantes, considerando a sua propensão a poupar e a sua aversão ao risco, veja a seguir breve descrição.

E. ÍNDICE DE REFERÊNCIA DO PLANO

INDEXADOR POR PLANO/SEGMENTO - PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2016 A 12/2016				
PARTICIPAÇÃO %	PLANO/SEGMENTO	PERCENTUAL INDEXADOR	INDEXADOR	TAXA DE JUROS %AA
73,00	PLANO	100,00	DI-CETIP	0,00
25,00	PLANO	100,00	IMA-B 5	0,00
2,00	PLANO	100,00	IRF-M	0,00
73,00	RENDA FIXA	100,00	DI-CETIP	0,00
25,00	RENDA FIXA	100,00	IMA-B 5	0,00
2,00	RENDA FIXA	100,00	IRF-M	0,00

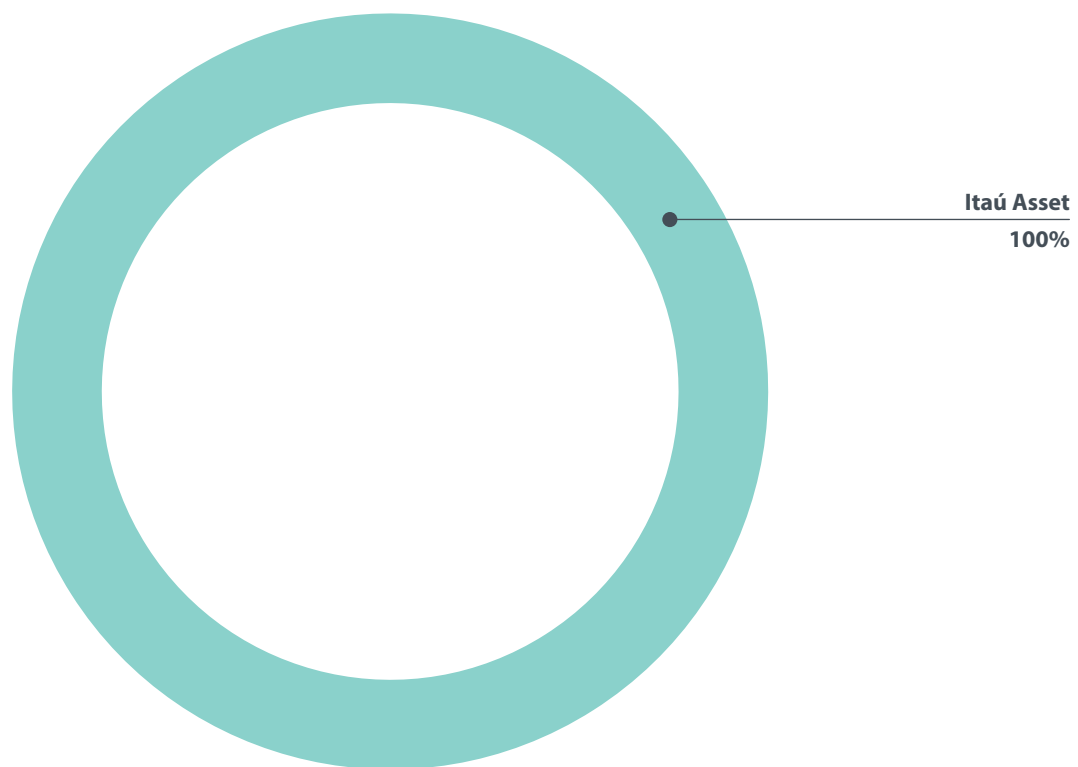
6. Informações sobre investimentos

F. FAIXAS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS DO PLANO

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda fixa	68%	100%	100%
Renda variável	0%	12%	70%
Investimentos Estruturados	0%	10%	20%
Fundos de Investimentos Imobiliários, FIP, FIEE	0%	0%	10%
FI ou FIC Multimercado	0%	10%	10%
Investimentos no exterior	0%	10%	10%
Imóveis	0%	0%	8%
Empréstimos e financiamentos	0%	0%	15%
Empréstimos a participantes	0%	0%	15%
Financiamentos imobiliários a participantes	0%	0%	10%

6. Informações sobre investimentos

G. ALOCAÇÃO POR GESTOR DO PLANO



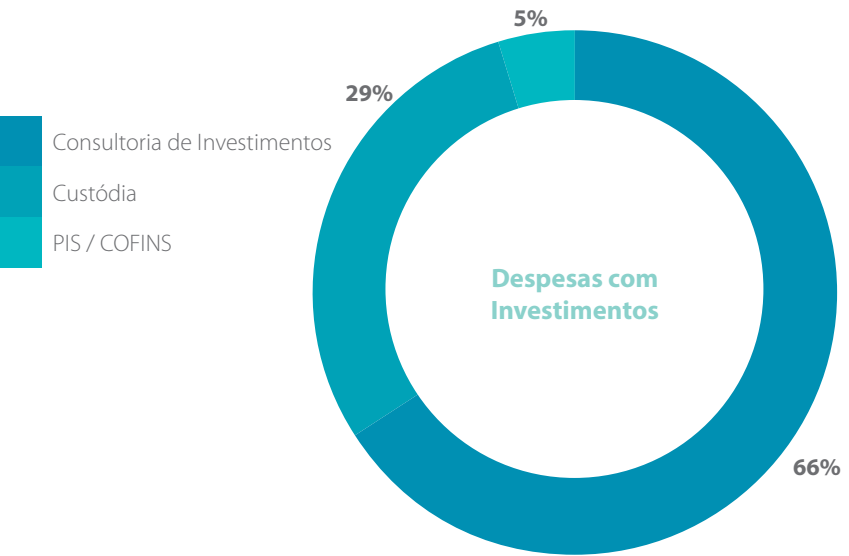
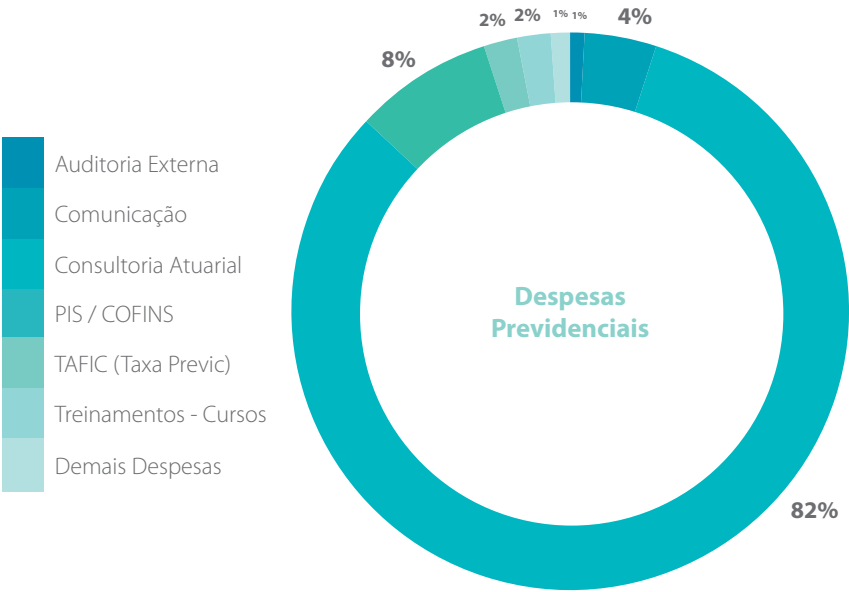
H. AUDITORIA DOS INVESTIMENTOS

Anualmente, no contexto da auditoria das demonstrações financeiras é avaliada a aplicação dos recursos do Plano de Benefícios. Em 2015, foi realizada pela Pricewaterhouse Coopers.

7. Informações sobre Despesas do Plano

Informações sobre as despesas

As despesas totais da Múltipla com o Plano de Benefícios Mercúrio em 2015 foram de R\$ 223,8 mil conforme distribuição nos gráficos a seguir:



(Em Milhares de Reais)

DESPESAS PREVIDENCIAIS	
TIPOS	VALORES
Auditoria Externa	1
Comunicação	3
Consultoria Atuarial	69
PIS / COFINS	7
TAFIC (Taxa Previc)	2
Treinamentos - Cursos	1
Demais Despesas	1
Total Geral	85

(Em Milhares de Reais)

DESPESAS COM INVESTIMENTOS	
TIPOS	VALORES
Consultoria de Investimentos	92
Custódia	40
PIS / COFINS	6
Total Geral	139

8. Principais Alterações do Plano

Aprovação da alteração do Regulamento do Plano de Benefício Mercúrio, aprovado pela Previc através da Portaria nº606, de 19/11/2015.

9. Composição do Conselho

DIRETORIA EXECUTIVA	
Posição	Nome
Diretor de Investimentos	Arthur Lopes Lencastre Pinheiro
Diretor Executivo	Andrea Vivan de Souza Coutinho
Diretor Administrativo e Financeiro	Roberto Teixeira de Camargo
Diretor Superintendente	Reginaldo José Camilo

CONSELHO FISCAL	
Posição	Nome
Presidente Efetivo	José Augusto Paula Marques
Presidente Suplente	Vagner Carvalho dos Santos
Conselheiro Efetivo	Márcio Barros Souza
Conselheiro Suplente	Celio Ricardo de Souza
Conselheiro Efetivo	Hosep Tchalian
Conselheiro Suplente	Wellington Miranda de Argolo

CONSELHO DELIBERATIVO	
Posição	Nome
Presidente Efetivo	Laércio Fernandes Marques
Presidente Suplente	Dárcio Sayad Maia
Conselheiro Efetivo	Luiz Deoclécio Massaro Galina
Conselheiro Suplente	José Menezes Neto
Conselheiro Efetivo	Noboru Takarabe
Conselheiro Suplente	Giuseppe Riotta
Conselheiro Efetivo	Keila Cristina Angelico da Silva
Conselheiro Suplente	Vago
Conselheiro Efetivo	Juvenal Francisco Loures
Conselheiro Suplente	Charles Moura Alves
Conselheiro Efetivo	Vicente Paulo Araújo Girodo
Conselheiro Suplente	José Claudinei Primolan

10. Glossário

Chegou a hora de analisar os documentos referentes ao ano de 2015 que comprovam a solidez da Múltipla.

Porém, antes dessa análise, você não deve estar familiarizado com os termos contidos neste documento. Desta forma, preparamos este Glossário para lhe explicar o que significa cada um deles:

- o Balanço Patrimonial apresenta a posição financeira e patrimonial da entidade em 31 de dezembro, representando, portanto, uma posição estática. O ativo é o conjunto de bens, direitos e aplicações de recursos e o passivo compreende as obrigações para com os participantes e terceiros.
- a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) apresenta a movimentação do patrimônio social da entidade através das adições (entradas) e deduções (saídas) de recursos.
- a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios apresenta a movimentação do ativo líquido do plano de benefícios através das adições (entradas) e deduções (saídas) de recursos.
- a Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL) evidencia a composição do ativo líquido do plano de benefícios no exercício a que se referir, apresentando saldos de contas do ativo e passivo.
- a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada (DPGA) revela a atividade administrativa da entidade, apresentando a movimentação do fundo administrativo através das receitas, despesas e rendimento obtido no exercício a que se referir.
- a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios apresenta a atividade administrativa da entidade, relativa a cada plano de benefícios, evidenciando a movimentação do fundo administrativo existente em cada plano.
- a Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios (DOAP) evidencia a composição do patrimônio de cobertura do plano de benefícios no exercício a que se referir, apresentando o detalhamento das provisões matemáticas e o equilíbrio técnico.
- o Demonstrativo de Investimentos revela a alocação de recursos da entidade, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela política de investimentos e a legislação vigente, os recursos com gestão terceirizada, a rentabilidade dos investimentos por segmento (renda fixa, renda variável etc.), a diferença entre a rentabilidade do segmento e a meta atuarial da entidade, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação;
- o fundo significa o ativo administrado pela entidade, que será investido de acordo com os critérios fixados anualmente pelo Conselho Deliberativo, por meio da política de investimentos;
- a meta atuarial é uma meta de rentabilidade utilizada como parâmetro para o retorno dos investimentos do fundo, de forma que os eventuais compromissos futuros da entidade possam ser cumpridos;
- o parecer atuarial é um relatório preparado por um estatístico especializado em seguros e previdência (atuário), que apresenta estudos técnicos sobre o plano de previdência que estiver analisando. Seu objetivo é avaliar a saúde financeira da entidade para poder honrar o pagamento dos benefícios presentes e futuros;
- o participante é a pessoa que está inscrita como tal no plano. Para conhecer a definição exata de participante e também a de beneficiário, leia o regulamento do seu plano;
- a patrocinadora é a empresa que custeia o plano junto com os participantes (isso quando as contribuições dos participantes estão previstas no regulamento). Um plano de previdência complementar pode ter uma ou mais patrocinadoras;
- a política de investimentos é um documento de periodicidade anual que apresenta diversas informações, como: 1) critérios de alocação de recursos entre os segmentos de renda fixa, renda variável etc.; 2) objetivos específicos de rentabilidade para cada segmento de aplicação; 3) limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica; 4) limites utilizados para a realização de operações com derivativos e 5) avaliação do cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazos, entre outras coisas. Estas informações auxiliam na avaliação dos recursos investidos, na escolha das instituições financeiras que vão administrar os investimentos e na avaliação dos limites de risco de mercado e de crédito, por exemplo. Neste relatório anual, você terá a oportunidade de ver o resumo da política de investimentos.

Todos os documentos que você analisará a seguir já foram encaminhados para o controle e a verificação da Previc, que tem como uma de suas principais missões proteger os interesses dos participantes.

1. Balanço Patrimonial

(Em Milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014
Disponível	18	222
Realizável	1.595.935	1.686.846
Gestão Previdencial (Nota 5)	-	36
Gestão Administrativa (Nota 5)	2.006	2.160
Investimentos (Nota 6)	1.593.929	1.684.650
Fundos de Investimentos	1.593.929	1.684.650
TOTAL DO ATIVO	1.595.953	1.687.068
PASSIVO	31/12/2015	31/12/2014
Exigível Operacional (Nota 7)	1.475	2.277
Gestão Previdencial	980	1.657
Gestão Administrativa	495	620
Exigível Contingencial (Nota 8)	35.738	31.191
Gestão Previdencial	33.733	29.128
Gestão Administrativa	2.005	2.063
Patrimônio Social	1.558.740	1.653.600
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.113.035	1.155.254
Provisões Matemáticas (Nota 9)	1.060.063	1.092.556
Benefícios Concedidos	426.697	413.430
Benefícios a Conceder	633.366	681.104
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-	(1.978)
Equilíbrio Técnico (Nota 10)	52.972	62.698
Resultados Realizados	52.972	62.698
Superávit Técnico Acumulado	52.972	62.698
Fundos (Nota 11)	445.705	498.346
Fundos Previdenciais	440.171	493.677
Fundos Administrativos	5.534	4.669
TOTAL DO PASSIVO	1.595.953	1.687.068

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



2. Demonstração da Muta  o do Patrimônio Social (DMPS) – Consolidada

(Em Milhares de Reais)

DESCRI��O	31/12/2015	31/12/2014	Varia��o (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.653.600	1.555.179	6
1. ADI��OES	172.512	195.951	(12)
(+) Contribui��es Previdenciais	16.004	24.648	(35)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	148.965	163.067	(9)
(+) Receitas Administrativas	7.056	7.804	(10)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	487	432	13
2. DESTINA��OES	(115.935)	(67.301)	72
(-) Benefícios	(104.786)	(56.968)	84
(-) Constitui��o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(4.643)	(2.948)	57
(-) Despesas Administrativas	(6.506)	(6.996)	(7)
(-) Constitui��o Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	(389)	(100)
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	56.577	128.650	(56)
(+/-) Provisões Matemáticas	114.262	103.725	10
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(9.913)	(55.551)	(82)
(+/-) Fundos Previdenciais	(48.809)	79.625	(161)
(+/-) Fundos Administrativos	1.037	851	22
4. OPERA��OES TRANSITÓRIAS	(151.437)	(30.229)	401
(+/-) Opera��es Transitórias	(151.437)	(30.229)	401
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	1.558.740	1.653.600	(6)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra  es Contábeis.



3. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) – Consolidada

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	4.669	3.818	22
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	7.543	8.236	(8)
1.1. RECEITAS	7.543	8.236	(8)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.452	1.884	(23)
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.598	5.904	(5)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	487	432	13
Outras Receitas	6	16	(63)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(6.506)	(6.996)	(7)
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(908)	(1.367)	(34)
Treinamento/Congressos e Seminários	(15)	(51)	(71)
Serviços de Terceiros	(451)	(854)	(47)
Despesas Gerais	(226)	(325)	(30)
Tributos	(216)	(137)	58
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(5.598)	(5.629)	(1)
Serviços de Terceiros	(5.338)	(5.629)	(5)
Tributos	(260)	-	100
3. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	-	(389)	(100)
4. REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	-	-	-
5. RESULTADO NEGATIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	-	-	-
6. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3-4-5)	1.037	851	22
7. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)	1.037	851	22
8. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	(172)	-	100
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 7 + 8)	5.534	4.669	19

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



4. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) – Do Plano

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	3	56	(95)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	286	199	44
1.1. RECEITAS	286	199	44
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	144	66	118
Custeio Administrativo dos Investimentos	139	129	8
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	3	4	(25)
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(224)	(243)	(8)
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	(85)	(120)	(29)
2.1.1. DESPESAS COMUNS	(5)	(14)	(64)
2.1.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(80)	(106)	(25)
Treinamento/Congressos e Seminários	-	(10)	(100)
Serviços de Terceiros	(70)	(93)	(25)
Despesas Gerais	(1)	(1)	-
Tributos	(9)	(2)	350
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	(139)	(123)	13
2.2.1. DESPESAS COMUNS	(36)	(31)	16
2.2.2. DESPESAS ESPECÍFICAS	(103)	(92)	12
Serviços de Terceiros	(96)	(92)	4
Tributos	(7)	-	100
3. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS	-	(9)	(100)
4. REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	-	-	-
5. RESULTADO NEGATIVO LIQUIDO DOS INVESTIMENTOS	-	-	-
6. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3-4-5)	62	(53)	(217)
7. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)	62	(53)	(217)
8. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	-	-	-
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 7 + 8)	65	3	2.067

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



5. Demonstração da Muta  o do Ativo Líquido (DMAL) – Do Plano

(Em Milhares de Reais)

DESCRI��O	31/12/2015	31/12/2014	Varia��o (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	27.319	26.629	3
1. ADI��OES	3.777	3.080	23
(+) Contribui��es	481	424	13
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.296	2.656	24
2. DESTINA��OES	(1.659)	(2.390)	(31)
(-) Benefícios	(1.515)	(2.325)	(35)
(-) Custeio Administrativo	(144)	(65)	122
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	2.118	690	207
(+/-) Provisões Matemáticas	1.794	621	189
(+/-) Fundos Previdenciais	324	69	370
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	29.437	27.319	8
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	65	3	2.067
(+/-) Fundos Administrativos	65	3	2.067

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstra  es Contábeis.



6. Demonstração do Ativo Líquido (DAL) – Do Plano

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
1. ATIVOS	29.534	27.353	8
Disponível	3	4	(25)
Recebível	65	3	2.067
Investimentos	29.466	27.346	8
Fundos de Investimentos	29.466	27.346	8
2. OBRIGAÇÕES	32	31	3
Operacional	32	31	3
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	65	3	2.067
Fundos Administrativos	65	3	2.067
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	29.437	27.319	8
Provisões Matemáticas	24.367	22.573	8
Fundos Previdenciais	5.070	4.746	7
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
a) Equilíbrio Técnico	-	-	-
b) (+/-) Ajustes de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



7. Demonstração das Provisões Técnicas (DPT) – Do Plano

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+3+4)	29.469	27.350	8
1. Provisões Matemáticas	24.367	22.573	8
1.1 Benefícios Concedidos	13.114	13.038	1
Contribuição Definida	13.114	13.038	1
1.2 Benefícios a Conceder	11.253	9.535	18
Contribuição Definida	11.253	9.535	18
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores/Instituidores	5.741	4.984	15
Saldo de Contas - Parcela Participantes	5.512	4.551	21
3. Fundos	5.070	4.746	7
3.1 Fundos Previdenciais	5.070	4.746	7
4. Exigível Operacional	32	31	3
4.1 Gestão Previdencial	32	31	3

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



8. Notas Explicativas

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC's, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, constituída em conformidade com a Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela portaria nº. 717, de 13 de dezembro de 1993, do Ministério da Previdência Social - MPS, passando a operar em 03 de janeiro de 1994, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, obedecendo às normas expedidas através do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC e às resoluções específicas do Banco Central do Brasil.

A Entidade tem como objetivo principal instituir, administrar e executar planos privados de benefícios de natureza previdenciária, podendo ainda criar e manter outros planos de benefícios expressamente autorizados por lei ou pelo órgão governamental.

Os recursos necessários à consecução dos objetivos da Entidade provêm de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos em investimentos, de acordo com normas estabelecidas pelas autoridades competentes.

Os registros contábeis dos ativos e passivos são segregados por plano de benefícios e por patrocinadora, observados os seguintes critérios:

- a) Os planos são criados e mantidos para atender aos empregados e administradores de cada uma das patrocinadoras, de acordo com seus respectivos regulamentos;
- b) As patrocinadoras concordam que seja atribuída exclusivamente aos bancos credenciados pela Múltipla a administração das carteiras de aplicações dos bens patrimoniais desta Entidade, sendo que o investimento da parcela do patrimônio correspondente aos seus planos será administrado pelo(s) banco(s) por ela expressamente indicado(s), dentre os credenciados, por escrito, e nas proporções por ela desejadas, nos termos da política de investimentos definida em comum acordo, observados os critérios e limites legais aplicáveis;
- c) As patrocinadoras, os participantes e beneficiários não respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pela Entidade, observada a legislação vigente;
- d) São mantidos registros individuais para cada plano de previdência privada instituído pelas patrocinadoras. Esses registros contábeis são elaborados de acordo com as práticas de contabilidade mencionadas (Nota 3).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tem como patrocinadoras dos planos as seguintes empresas:



8. Notas Explicativas

PLANO DE BENEFÍCIOS	CNPB	MODALIDADE	PATROCINADORA(S)
Previsesc	1994.0005-38	CV	Serviço Social do Comércio do Estado de São Paulo – SESC
Previsenac	1994.0004-65	CV	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Estado de São Paulo – SENAC
Mercúrio ⁽¹⁾	1994.0003-92	CD	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – FECOMERCIO
Stora Enso ⁽²⁾	2007.0017-56	CV	Stora Enso Arapoti Indústria de Papel S.A.
GTMPrev ⁽³⁾	2009.0002-18	N/A	Sacoplast Sacos Plásticos do Nordeste
			Tavares de Melo Participações

- (1) Aprovação de alteração do Regulamento do Plano de Benefício Mercúrio, aprovado pela Previc através da Portaria nº 606, de 19/11/2015.
- (2) Aprovação do 2º termo aditivo ao convênio de adesão celebrado entre a Stora Enso Arapoti Ind. de Papéis S.A e a Múltipla aprovado pela Previc através da Portaria nº405, de 29/07/2015. A alteração ocorreu em virtude da denominação social da Stora Enso Arapoti Indústria de Papel Ltda. para Stora Enso Arapoti Indústria de Papel S.A.
- (3) A PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar aprovou em 16/02/2011, através do processo MPS 44000.000030/2010/71, publicado no DOU de 18/02/2011, a retirada de patrocínio das patrocinadoras do Plano de Benefícios GTMPrev, CNPB nº 2009.0002-18 - Sacoplast - Sacos Plásticos do NE S/A e Tavares de Melo Participações Ltda., cujos pagamentos aos participantes estão ocorrendo desde o exercício de 2011.

O quadro de participantes apresenta a seguinte posição:

PLANO	PARTICIPANTES ⁽¹⁾				ASSISTIDOS ⁽²⁾				TOTAL			
	2015		2014		2015		2014		2015		2014	
	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.	Particip.	Dep.
Previsesc ⁽³⁾	6.977	10.465	6.486	9.729	447	671	405	256	7.424	11.136	6.891	9.985
Previsenac ⁽³⁾	9.312	5.850	9.565	6.100	172	94	155	82	9.484	5.944	9.720	6.182
Mercúrio ⁽³⁾	69	104	66	76	13	19	12	18	82	123	78	94
Stora Enso ⁽⁴⁾	367	551	383	440	11	11	9	9	378	562	392	449
GTMPrev ⁽⁵⁾	203	305	205	308	-	-	-	-	203	305	205	308
TOTAL	16.928	17.275	16.705	16.653	643	795	581	365	17.571	18.070	17.286	17.018

- (1) Incluem Ativos; Benefícios Proporcionais Diferidos e Autopatrocinados;
- (2) Incluem Pensionistas;
- (3) Data da Avaliação atuarial em Agosto de 2014 e 2015;
- (4) Data da Avaliação atuarial em Julho de 2014 e 2015;
- (5) Data da última Avaliação atuarial em Julho/2009, em razão do processo de retirada de patrocínio.



8. Notas Explicativas

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31/12/2014	TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO			SALDO REMANESCENTE
		REDECARD BD	REDECARD CD	REDECARD	
Disponível	222	(6)	(9)	(33)	174
Realizável	1.686.846	(24.453)	(14.334)	(113.905)	1.534.154
Gestão Previdencial (Nota 5)	36	-	(1)	(5)	30
Gestão Administrativa (Nota 5)	2.160	(137)	(122)	(91)	1.810
Investimentos (Nota 6)	1.684.650	(24.316)	(14.211)	(113.809)	1.532.314
Fundos de Investimentos	1.684.650	(24.316)	(14.211)	(113.809)	1.532.314
TOTAL DO ATIVO	1.687.068	(24.459)	(14.343)	(113.938)	1.534.328
PASSIVO	31/12/2014	TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO			SALDO REMANESCENTE
		REDECARD BD	REDECARD CD	REDECARD	
Exigível Operacional (Nota 7)	2.277	(173)	(127)	(721)	1.256
Gestão Previdencial	1.657	(105)	(62)	(662)	828
Gestão Administrativa	620	(68)	(65)	(59)	428
Exigível Contingencial (Nota 8)	31.191	(87)	(65)	(130)	30.909
Gestão Previdencial	29.128	-	-	(38)	29.090
Gestão Administrativa	2.063	(87)	(65)	(92)	1.819
Patrimônio Social	1.653.600	(24.199)	(14.151)	(113.087)	1.502.163
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.155.254	(24.199)	(14.151)	(108.218)	1.008.686
Provisões Matemáticas (Nota 9)	1.092.556	(24.386)	(14.151)	(108.218)	945.801
Benefícios Concedidos	413.430	(17.637)	(10.466)	(10.696)	374.631
Benefícios a Conceder	681.104	(6.749)	(5.663)	(97.522)	571.170
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(1.978)	-	1.978	-	-
Equilíbrio Técnico (Nota 10)	62.698	187	-	-	62.885
Resultados Realizados	62.698	187	-	-	62.885
Superávit Técnico Acumulado	62.698	187	-	-	62.885
Fundos (Nota 11)	498.346	-	-	(4.869)	493.477
Fundos Previdenciais	493.677	-	-	(4.697)	488.980
Fundos Administrativos	4.669	-	-	(172)	4.497
TOTAL DO PASSIVO	1.687.068	(24.459)	(14.343)	(113.938)	1.534.328

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução CNPC nº. 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009; Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e as alterações posteriores a essas normas.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC aprovou a transferência de gerenciamento dos Planos Redecard BD, Redecard CD e Redecard, para a Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar, publicada no Diário Oficial da União – DOU, conforme portarias:

- Nº. 25, de 23 de janeiro de 2015 e Nº. 471, de 02 de setembro de 2015 – Plano de Aposentadoria Redecard - CNPB nº 2010.0009-19;
- Nº. 219, de 27 de abril de 2015 – Plano de Aposentadoria Suplementar Redecard - CNPB nº 2010.0010-11;
- Nº. 492, de 15 de setembro de 2015 – Plano de Previdência Redecard - CNPB nº 2010.0044-18.

Sendo as respectivas transferências ocorridas nas datas-base: Redecard BD e Redecard CD em agosto/2015. E Redecard em novembro/2015.

Os saldos dos Planos, em razão da transferência de gerenciamento para a Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar, citados acima, foram registrados na rubrica “Operações Transitórias”.

Os saldos da Múltipla – Multiempresas de Previdência Complementar, para fins de comparabilidade, em razão da transferência de gerenciamento dos planos: Redecard BD, Redecard Suplementar e Redecard, estão demonstrados nos quadros abaixo, bem como as demais notas explicativas destas demonstrações contábeis foram ajustadas no sentido de refletir o efeito da transferência.

8. Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DESCRIÇÃO	31/12/2014	TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO			SALDO REMANESCENTE
		REDECARD BD	REDECARD CD	REDECARD	
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	1.555.179	(22.921)	(13.327)	(100.584)	1.418.347
1. ADIÇÕES	195.951	(2.311)	(1.561)	(21.512)	170.567
(+) Contribuições Previdenciais	24.648	(4)	(229)	(11.096)	13.319
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	163.067	(2.307)	(1.332)	(10.416)	149.012
(+) Receitas Administrativas	7.804	-	-	-	7.804
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	432	-	-	-	432
2. DESTINAÇÕES	(67.301)	1.033	737	9.181	(56.350)
(-) Benefícios	(56.968)	1.033	737	9.144	(46.054)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(2.948)	-	-	37	(2.911)
(-) Despesas Administrativas	(6.996)	-	-	-	(6.996)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(389)	-	-	-	(389)
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	128.650	(1.278)	(824)	(12.331)	114.217
(+/-) Provisões Matemáticas	103.725	(1.465)	(824)	(10.917)	90.519
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(55.551)	187	-	-	(55.364)
(+/-) Fundos Previdenciais	79.625	-	-	(1.414)	78.211
(+/-) Fundos Administrativos	851	-	-	(172)	679
4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS	(30.229)	-	-	-	(30.229)
(+/-) Operações Transitórias	(30.229)	-	-	-	(30.229)
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3 + 4)	1.653.600	(24.199)	(14.151)	(112.915)	1.502.335



8. Notas Explicativas

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas na forma de segregação real, e os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

- **Gestão Previdencial** – Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;
- **Gestão Administrativa** – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;
- **Investimentos** – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

As eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA” (Nota 12).



8. Notas Explicativas

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas estão resumidas em:

a) Ativo Realizável

- **Gestão Previdencial** – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o plano de custeio.
- **Gestão Administrativa** – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio de despesas administrativas efetuado pela patrocinadora, participantes e outros eventos administrativos.
- **Investimentos** – Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

I. Títulos Públicos e Fundos de Investimento

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro rata até a data de encerramento do Balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas, sendo classificados nas seguintes categorias:

a. Títulos para negociação – Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, sendo avaliados pelo valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício;

b. Títulos mantidos até o vencimento – Quando a intenção da administração for manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando a capacidade financeira da entidade, os prazos mínimos de vencimento e a classificação de risco do título. Estes são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

b) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de serviços por terceiros, obrigações tributárias e provisões de folha de férias e respectivos encargos.

c) Exigível Contingencial

São decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários, ex-participantes e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadora adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor, e são classificados como:

– **Prováveis:** para os quais são constituídas provisões;

– **Possíveis:** somente são divulgados sem que sejam provisionados;

– **Remotas:** não requerem provisão e divulgação.

d) Plano de Gestão Administrativa – PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.



8. Notas Explicativas

e) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

f) Imposto de Renda

- Em 29 de dezembro de 2004 foi sancionada a Lei nº 11.053, que revogou a Medida Provisória nº 2.222, de 04 de setembro de 2001, e introduziu alterações no sistema de tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Conforme previsto no artigo 5º dessa Lei, a partir de 01 de janeiro de 2005, ficaram dispensados a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das provisões, reservas técnicas e fundos de planos de benefícios de entidade de previdência complementar.
- Em 5 de abril de 2013 foi sancionada a IN nº 1.343, que determina que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar estão desobrigadas de reter o IRRF sobre os pagamentos a título de complementação de aposentadoria, resgates e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.

g) PIS e COFINS

São as contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

A partir do 2º semestre de 2009, a Entidade passou a depositar judicialmente os referidos tributos, conforme mandado de segurança impetrado contra a Receita Federal (Nota 5 e 8).

Tendo em vista os impactos da Lei nº 12.973/2014 no que diz respeito à tese jurídica de PIS e COFINS, que é objeto do questionamento no Mandato de Segurança impetrado pela entidade, cessou-se o procedimento de depósito judicial das contribuições, efetuando o recolhimento a partir da competência de Janeiro de 2015.



8. Notas Explicativas

NOTA 4 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias transferidas à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- **Gestão Previdencial:** são contabilizadas na Gestão Administrativa – Administração Previdencial, sendo os custos comuns rateados em função da quantidade de participantes de cada plano;
- **Investimentos:** custeadas diretamente pela rentabilidade dos Investimentos e registradas na Gestão Administrativa – Administração dos Investimentos.

NOTA 5 – ATIVO REALIZÁVEL

a) Gestão Previdencial

PLANO	2014 (*)
Previsenac (1)	30
TOTAL	30

(*) Para fins de comparabilidade, não considera-se o saldo dos Planos Redecard BD, Redecard CD e Redecard, conforme Nota 2.

(1) Refere-se a valor de benefício a ser reembolsado.

b) Gestão Administrativa

PLANO	2015			2014 (*)
	DEPÓSITO JUDICIAL - PIS/COFINS (1)	OUTROS REALIZÁVEIS (2)	TOTAL	
Previsesc	992	1	993	896
Previsenac	860	-	860	775
Mercúrio	65	-	65	58
Stora Enso	50	-	50	46
GTMPrev	38	-	38	35
TOTAL	2.005	1	2.006	1.810

(*) Para fins de comparabilidade, não considera-se o saldo dos Planos Redecard BD, Redecard CD e Redecard, conforme Nota 2.

(1) Refere-se ao processo que discute judicialmente a tributação de PIS/COFINS sobre as receitas administrativas e execução de planos de benefícios.

(2) Refere-se a valores de despesas a serem reembolsados.



8. Notas Explicativas

NOTA 6 – INVESTIMENTOS

a) Composição dos Investimentos

DESCRIÇÃO	2015						2014 (*)
	PREVISESC	PREVISENAC	MERCÚRIO	STORA ENSO	GTMPREV	TOTAL	
Fundos de Investimentos	843.692	698.580	29.542	21.910	205	1.593.929	1.532.314
Referenciado	-	-	2.159	2.463	205	4.827	4.097
ITAÚ PERFIL RF FI	-	-	-	689	-	689	4.097
IT VERSO A REF DI LP	-	-	2.159	1.774	-	3.933	-
IT VERSO A REF DI LP	-	-	-	-	205	205	-
Renda Fixa	702.108	581.323	16.595	10.237	-	1.310.263	1.244.292
PORTFOLIO IMAB5 RF	-	-	-	-	-	-	148.402
PORTFOLIO IMAB5+FIRF	-	-	-	-	-	-	182.691
UBB MASTER IMAB 5+	-	-	-	-	-	-	62
UBB MASTER RF IMAB 5	-	-	-	-	-	-	41
UBB MASTER RF IRFM	-	-	568	-	-	568	-
VERTICE INFLATION 5+	139.978	115.956	-	173	-	256.107	83.500
VERT INFLATION 5 RF	93.160	77.137	7.383	116	-	177.796	-
ITAÚ VERSO W RFFICFI	468.970	388.230	-	2.847	-	860.047	-
IT VERSO P FIRF	-	-	6.481	5.324	-	11.805	-
RF JUROS OCEAN FI	-	-	2.163	1.777	-	3.940	-
Ações	61.462	50.891	-	339	-	112.692	115.289
FOF RPI 30 FIC FIA	3.187	2.493	-	-	-	5.680	6.245
INST BOLSA INDEX FIA	32.494	28.652	-	140	-	61.286	57.695
INST FUND OF FUNDS	25.781	19.746	-	199	-	45.726	50.531
ITAÚ INST MAST IBOVE	-	-	-	-	-	-	818
Multimercado	80.122	66.366	10.788	8.871	-	166.147	998.232
IT SOL RET ABS FICFI	5.856	4.725	-	-	-	10.581	14.451
ITAÚ FIDELID LC FIM	-	-	-	-	-	-	181
ITAÚ HEDGE MULTIM FI	74.266	61.641	-	-	-	135.907	39.252
UBB FIDELIDADE W	-	-	-	-	-	-	944.348
IU FID W3 FIM	-	-	10.788	8.871	-	19.659	-
Total	843.692	698.580	29.542	21.910	205	1.593.929	1.532.314

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

(*) Para fins de comparabilidade, não considera-se o saldo dos Planos Redecard BD, Redecard CD e Redecard em 2014, conforme Nota 2.



8. Notas Explicativas

b) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são custodiados no Itaú Unibanco.
Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento e tipo de carteira dos Títulos e Valores Mobiliários.

PLANO	VALOR ⁽¹⁾					
	CATEGORIA - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO ⁽²⁾				TOTAL	
	FUNDOS DE INVESTIMENTOS				31/12/2015	31/12/2014 ^(*)
	REFERENCIADO	RENTA FIXA	AÇÕES	MULTIMERCADO		
Previsesc	-	702.108	61.462	80.122	843.692	818.924
Previsenac	-	581.323	50.891	66.366	698.580	665.435
Mercúrio	2.159	16.595	-	10.788	29.542	27.358
Stora Enso	2.463	10.237	339	8.871	21.910	20.415
GTMPrev	205	-	-	-	205	182
TOTAL ⁽¹⁾	4.827	1.310.263	112.692	166.147	1.593.929	1.532.314

(*) Para fins de comparabilidade, não considera-se o saldo dos Planos Redecard BD, Redecard CD e Redecard em 2014, conforme Nota 2.
(1) Os títulos classificados como "para negociação" estão avaliados pelo valor de mercado. Os fundos de Investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço.
Inclui, além dos recursos dos Planos de Benefícios, os ativos do PGA, conforme demonstrativo abaixo. A Entidade não possui a segregação real dos ativos para o PGA.

PLANO	2015	2014 ^(*)
Previsesc	2.765	2.324
Previsenac	3.012	2.442
Mercúrio	76	12
Stora Enso	12	11
GTMPrev	163	144
TOTAL	6.028	4.933

(*) Para fins de comparabilidade, não considera-se o saldo dos Planos Redecard BD, Redecard CD e Redecard em 2014, conforme Nota 2.
(2) No exercício, não foram realizadas reclassificações ou alterações nas diretrizes existentes. As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliadas de acordo com a Política de Investimentos.



8. Notas Explicativas

NOTA 7 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

a) Gestão Previdencial

PLANO	2015				2014 (*)
	BENEFÍCIOS A PAGAR	RETENÇÕES S/ FOLHA BENEFÍCIOS	CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS A MAIOR	TOTAL	
Previsesc	-	578	-	578	502
Previsenac	3	347	6	356	266
Mercúrio	-	32	-	32	31
Stora Enso	-	12	-	12	27
GTMPrev	2	-	-	2	2
TOTAL	5	969	6	980	828

(*) Para fins de comparabilidade, não considera-se o saldo dos Planos Redecard BD, Redecard CD e Redecard em 2014, conforme Nota 2.

b) Gestão Administrativa

PLANO	2015				2014 (*)
	OBRIGAÇÕES C/ SERVIÇOS DE TERCEIROS (1)	RETENÇÕES A RECOLHER SOBRE SERVIÇOS DE TERCEIROS	TRIBUTOS A RECOLHER	TOTAL	
Previsesc	230	17	15	262	225
Previsenac	183	14	13	210	184
Mercúrio	8	1	1	10	8
Stora Enso	11	1	1	13	11
TOTAL	432	33	30	495	428

(*) Para fins de comparabilidade, não considera-se o saldo do Plano Avaya em 2013, conforme Nota 2.
(1) Compromissos com administração dos investimentos, consultoria atuarial e consultoria técnica.



8. Notas Explicativas

NOTA 8 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

a) Gestão Previdencial

PLANO	ESFERA CÍVEL	
	2015	2014 ^(*)
Previsesc ⁽¹⁾	33.733	29.090
TOTAL	33.733	29.090

- (*) Para fins de comparabilidade, não considera-se o saldo do Plano Redecard em 2014, conforme Nota 2.
- (1) Em Dezembro de 2012, foi constituída a Provisão Contingencial que tem por objetivo afastar a incidência da Lei Complementar nº 108/2001, no tocante a paridade contributiva e assegurar ao Sesc de São Paulo e à Múltipla a continuação e permanência da vigência do Regulamento do Plano Previsesc (Lei Complementar nº 109/2001).

b) Gestão Administrativa

PLANO	PROCESSOS DE AÇÕES - PIS/COFINS ⁽¹⁾	
	2015	2014 ^(*)
Previsesc	992	900
Previsenac	860	780
Mercúrio	65	59
Stora Enso	50	45
GTMPrev	38	35
TOTAL	2.005	1.819

- (*) Para fins de comparabilidade, não considera-se o saldo dos Planos Redecard BD, Redecard CD e Redecard em 2014, conforme Nota 2.
- (1) Refere-se ao processo que discute judicialmente a tributação de PIS/COFINS sobre as receitas administrativas e execução de planos de benefícios.



8. Notas Explicativas

NOTA 9 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) Provisões Matemáticas – As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas de atuária pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais podem ou não ter sido requeridos, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

I. Provisões de benefícios concedidos – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes ou beneficiários que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

II. Provisões de benefícios a conceder – Correspondem à diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras.

III. Provisões matemáticas a constituir – Correspondem ao valor atuarialmente calculado a ser coberto por contribuições das patrocinadoras, em prazo fixo e não permanente, previamente fixado nos respectivos planos de custeio com respeito às obrigações da Entidade para com os participantes dos planos.

As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial em 2015 e 2014 foram:



8. Notas Explicativas

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS - 2015

HIPÓTESE	PREVISESC	PREVISENAC	STORANSEN
Indexador do plano (reajuste dos benefícios)	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Taxa real anual de juros	4,5%	4,5%	4,2%
Projeção de crescimento real do salário	3,35%	2,8%	N/A
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano/INSS	N/A	N/A	N/A
Fator de determinação do valor real dos salários	98%	98%	100%
Fator de determinação do valor real dos benefícios da Entidade	98%	98%	100%
Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do INSS	N/A	N/A	N/A
Hipóteses sobre rotatividade	Curva Experiência Sesc - 2008-2012	Curva Experiência Senac - 2008-2012	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (1)	AT-2000 (1)	AT-2000 (3)
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-44	RRB-44	N/A
Tábua de entrada em invalidez	Light-Fraca	Light-Fraca	N/A
Hipóteses sobre composição de família de pensionistas	(2)	(2)	(4)

(1) Segregadas por sexo. As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pelo SOA - “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA - Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas;

(2) Benefícios concedidos: por renda vitalícia utiliza-se a estrutura familiar informada e por renda financeira não aplicável; Benefícios a conceder: 95% dos participantes possuem cônjuge na data do evento (mulher 4 anos mais jovem que o homem) e 2 filhos dependentes cujo tempo que falta para a maioria do mais jovem é igual a (55 - idade do participante)/2;

(3) Tábua básica segregada por sexo;

(4) Família informada.



8. Notas Explicativas

HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS - 2014

HIPÓTESE	PREVISESC	PREVISENAC	STOR ENSO
Indexador do plano (reajuste dos benefícios)	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Taxa real anual de juros	4,5%	4,5%	4,2%
Projeção de crescimento real do salário	3,0%	2,8%	N/A
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano/INSS	N/A	N/A	N/A
Fator de determinação do valor real dos salários	98%	98%	100%
Fator de determinação do valor real dos benefícios da Entidade	98%	98%	100%
Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios do INSS	N/A	N/A	N/A
Hipóteses sobre rotatividade	Curva Experiência Sesc - 2008-2012 ⁽¹⁾	Curva Experiência Senac - 2008-2012 ⁽¹⁾	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 ⁽²⁾	AT-2000 ⁽²⁾	AT-2000 ⁽³⁾
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-44	RRB-44	N/A
Tábua de entrada em invalidez	Light-Fraca ⁽⁶⁾	Light-Fraca ⁽⁶⁾	N/A
Hipóteses sobre composição de família de pensionistas	⁽⁴⁾	⁽⁴⁾	⁽⁵⁾

(1) Nos planos Previsesc e Previsenac procedeu-se na avaliação atuarial de 31/12/2013 alteração das seguintes premissas atuariais: "Hipóteses sobre rotatividade", de Towers Watson para Curva de Experiência Sesc/Senac 2008-2012 e na premissa "Tábua de entrada em invalidez", de RRB-44 modificada para Light-Fraca;

(2) Segregada por sexo, constituída na tábua AT-2000 Basic desagregada em 10%;

(3) Específica por sexo;

(4) Benefícios concedidos: por renda vitalícia utiliza-se a estrutura familiar informada e por renda financeira não aplicável; Benefícios a conceder: 95% dos participantes possuem cônjuge na data do evento (mulher 4 anos mais jovem que o homem) e 2 filhos dependentes cujo tempo que falta para a maioridade do mais jovem é igual a (55 - idade do participante)/2;

(5) Família informada.



8. Notas Explicativas

b) Evolução das Provisões Matemáticas

DESCRIÇÃO	SALDOS EM 31/12/2014 (*)	CONSTITUIÇÃO (REVERSÃO) LÍQUIDA	SALDOS EM 31/12/2015
Benefícios Concedidos	374.631	52.066	426.697
Plano Previsesc	247.129	36.819	283.948
Plano Previsenac	111.441	14.997	126.438
Plano Mercúrio	13.038	76	13.114
Plano Stora Enso	3.023	174	3.197
Benefícios a Conceder	571.170	62.196	633.366
Plano Previsesc	324.764	25.562	350.326
Plano Previsenac	218.975	33.720	252.695
Plano Mercúrio	9.535	1.718	11.253
Plano Stora Enso	17.896	1.196	19.092
TOTAL	945.801	114.262	1.060.063

(*) Para fins de comparabilidade, não considera-se o saldo dos Planos Redecard BD, Redecard CD e Redecard em 2014, conforme Nota 2.



8. Notas Explicativas

NOTA 10 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

a) Apuração do Resultado do Exercício

Representa os resultados acumulados obtidos pela Entidade e registrados na conta “Resultados Realizados”, cuja composição, em 31 de dezembro, e respectiva movimentação no exercício foi:

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2014 (*)	Superávit / (Déficit) do Exercício	Movimento Res. Contingência x Reserva Especial (1)	Movimentação Fundo Previdencial (2)	Saldos em 31/12/2015
Reserva de Contingência	41.024	(9.737)	1.852	7.696	40.835
Previsesc	21.544	(9.737)	3.079	7.696	22.582
Previsenac	19.480	-	(1.227)	-	18.253
Res. Especial p/ Rev. do Plano	22.308	(333)	(1.852)	(7.552)	12.571
Previsesc	3.079	-	(3.079)	-	-
Previsenac	19.229	(333)	1.227	(7.552)	12.571
Déficit	(447)	13	-	-	(434)
Stora Enso	(447)	13	-	-	(434)
TOTAL	62.885	(10.057)	-	144	52.972

(*) Para fins de comparabilidade, não considera-se o saldo do Plano Redecard BD em 2014, conforme Nota 2.

(1) Corresponde a movimentação para recompor a Reserva de Contingência ou constituir Reserva Especial.

(2) No plano Previsesc corresponde a reversão do Fundo Revisão de Plano para recomposição da Reserva de Contingência. No plano Previsenac corresponde a destinação da Reserva Especial constituída em 2013.



8. Notas Explicativas

NOTA 10 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

b) Equilíbrio Técnico Ajustado

A partir do exercício de 2015, a Entidade passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para o equacionamento de déficit técnico do plano de benefício.

A apuração do equilíbrio técnico ajustado acumulado do plano foi a seguinte:

b1) Planos com Equilíbrio Técnico Positivo

DESCRIÇÃO	2015	
	Previsesc ⁽¹⁾	Previsenac ⁽¹⁾
Saldo de Provisões Matemáticas (a) (*)	97.462	85.216
Cálculo do limite da Reserva de Contingência		
Duração do Passivo do Plano acrescido de 10 pontos (b)	23,17	21,42
Limite do Superávit Técnico calculado pelo fator (a * b)	22.582	18.253
Equilíbrio Técnico Ajustado		
a) Equilíbrio Técnico Contábil	22.582	18.253
b) (+/-) Ajuste de Precificação (**)	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (= a + b)	22.582	18.253

(*) Provisões Matemáticas da parcela relativa a modalidade benefício definido.
(**) Corresponde a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa real de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.
(1) Como não há títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, o Ajuste de Precificação definido na Resolução CNPC nº 16/2014, a qual altera a Resolução CGPC nº 26/2008, não é aplicável.

b2) Planos com Equilíbrio Técnico Negativo

DESCRIÇÃO	Stora Enso ⁽¹⁾
	2015
Saldo de Provisões Matemáticas (a) (*)	5.625
Cálculo do limite do Déficit Técnico Acumulado	
Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (b)	10,10
Limite do Déficit Técnico Acumulado (a * b)	(568)
Equilíbrio Técnico Ajustado	
a) Equilíbrio Técnico Contábil	(434)
b) (+/-) Ajuste de Precificação (**) (2)	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (= a + b)	(434)

(*) Provisões Matemáticas da parcela relativa a modalidade benefício definido.
(**) Corresponde a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa real de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.
(1) O plano apurou Equilíbrio Técnico Ajustado negativo de R\$ 434, abaixo do limite de R\$ 568, não necessita tomar providências quanto ao equacionamento do Déficit Técnico apurado.
(2) Como não há títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, o Ajuste de Precificação definido na Resolução CNPC nº 16/2014, a qual altera a Resolução CGPC nº 26/2008, não é aplicável.

8. Notas Explicativas

NOTA 11 - FUNDOS

DESCRIÇÃO	Saldos em (*) 31/12/2014	Remuneração	Constituição/ (Reversão)	Saldos em 31/12/2015
Fundos Previdenciais	488.980	45.014	(93.824)	440.171
Previsesc (3)	190.501	17.189	(57.928)	149.762
Fdo. de Reversão de Saldo por Exig. Regulamentar	524	80	393	997
Fdo. Previd. de Patrocinadora - Res. Especial 2012	101.738	10.081	(9.050)	102.769
Fdo. Previd. de Participantes - Res. Especial 2012	76.930	5.856	(36.790)	45.996
Fdo. Diferença de Taxa de Juros (6)	11.309	1.172	(12.481)	-
Previsenac (4)	293.638	27.245	(35.625)	285.259
Fdo. de Reversão de Saldo por Exig. Regulamentar	2.364	266	692	3.322
Fdo. Previd. de Participantes - Res. Especial 2009	1	-	-	1
Fdo. Previd. de Patrocinadora - Res. Especial 2009	61.096	5.738	(8.937)	57.897
Fdo. Previd. de Participantes - Res. Especial 2012	87.779	7.049	(29.795)	65.033
Fdo. Previd. de Patrocinadora - Res. Especial 2012	133.145	13.270	5.038	151.453
Fdo. Previd. de Participantes - Res. Especial 2015	-	-	3.808	3.808
Fdo. Previd. de Patrocinadora - Res. Especial 2015	-	-	3.745	3.745
Fdo. Diferença de Taxa de Juros (6)	9.253	922	(10.175)	-
Mercúrio (5)	4.746	569	(245)	5.070
Fdo. de Reversão de Saldo por Exig. Regulamentar	1.309	161	(25)	1.445
Fdo. Previd. de Participantes - Res. Especial 2009	213	20	(93)	140
Fdo. Previd. de Patrocinadora - Res. Especial 2009	905	104	(97)	912
Fdo. Previd. de Participantes - Res. Especial 2010	1.110	136	(13)	1.233
Fdo. Previd. de Patrocinadora - Res. Especial 2010	1.209	148	(17)	1.340
Stora Enso (1)	56	6	(24)	38
GTMPrev (2)	39	5	(2)	42
Fundos Administrativos	4.497	487	550	5.534
Previsesc	2.096	226	182	2.504
Previsenac	2.254	239	309	2.802
Mercúrio	3	3	59	65
GTMPrev (2)	144	19	-	163
TOTAL	493.477	45.501	(93.274)	445.705

São constituídos/revertidos mensalmente, pela apropriação dos saldos das respectivas gestões, representados principalmente pela receita resultante dos investimentos.

a) Fundo Previdencial

I. Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar – Composto pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento.

II. Fundo Previdencial de Patrocinadora e de Participante – Constituído com base no saldo de Reserva Especial para Revisão do Plano correspondente aos exercícios especificados, em conformidade com a Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.

III. Fundo de Diferença de Taxa de Juros – Constituído pelo excesso de recursos identificados na reavaliação atuarial e tem por finalidade a cobertura dos compromissos do plano decorrente da futura redução da taxa real anual de juros, conforme Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.

b) Fundo Administrativo - Constituído com base no excedente superavitário verificado na apuração do resultado da Gestão Administrativa Previdencial, com finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura das despesas administrativas.

(*) Para fins de comparabilidade, não considera-se o saldo dos Planos Redecard BD, Redecard CD e Redecard em 2014, conforme Nota 2.

(1) Refere-se a Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar.

(2) Processo de Retirada de patrocínio aprovado em 16/02/2011.

(3) Em ago/2013 foi iniciada a distribuição do Fundo Previdencial da Patrocinadora e Participantes de 2012.

(4) Desde ago/2012 está sendo utilizado o Fundo Previdencial da Patrocinadora. Em ago/2013 foi iniciada a distribuição do Fundo Previdencial de Participantes.

(5) Desde julho/2010 está sendo utilizado o Fundo Previdencial de Participantes e da Patrocinadora.

(6) O saldo foi revertido para: Fundo Previd. de Patrocinadora - Res. Especial 2012 e Fundo Previd. de Participantes - Res. Especial 2012, pois não há necessidade da constituição de fundo para cobertura dos compromissos do plano decorrente da futura redução da taxa anual de juros.



8. Notas Explicativas

NOTA 12 – AJUSTES E ELIMINAÇÕES NA CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DESCRIÇÃO	2015	(*) 2014
Participação no Plano de Gestão Administrativa	5.534	4.497
Previsesc	2.504	2.096
Previsenac	2.802	2.254
Mercúrio	65	3
GTMPrev	163	144
Participação no Fundo Adminstrativo PGA	5.534	4.497
Previsesc	2.504	2.096
Previsenac	2.802	2.254
Mercúrio	65	3
GTMPrev	163	144
Superávit Técnico Acumulado	53.406	63.332
Previsesc	22.582	24.623
Previsenac	30.824	38.709
Déficit Técnico Acumulado (-)	(434)	(447)
Stora Enso	(434)	(447)

(*) Para fins de comparabilidade, não considera-se o saldo do Plano Redecard BD, Redecard CD e Redecard em 2014, conforme Nota 2.

Roberto Teixeira de Camargo
Diretor
CPF: 249.265.728-00

Reginaldo José Camilo
Contador - CRC: 1SP 114.497/O-9
CPF: 859.338.648-20



9. Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar

Examinamos as demonstrações contábeis da Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrativos pela entidade, aqui denominados de consolidados, por definição da Resolução CNPC nº 8 e alterações posteriores) em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

São Paulo, 21 de março de 2016.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5



1. Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

A) 2015

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

INDEXADOR POR PLANO/SEGMENTO - PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2015 A 12/2015				
PARTICIPAÇÃO %	PLANO/SEGMENTO	PERCENTUAL INDEXADOR	INDEXADOR	TAXA DE JUROS %AA
30,00	REDA FIXA	100,00	IMA-B	0,00
70,00	REDA FIXA	100,00	DI-CETIP	0,00
100,00	REDA VARIÁVEL	100,00	IBOVESPA	0,00
100,00	PLANO	100,00	IGP-DI	4,50
100,00	INVESTIMENTOS EXTRUTURADOS	100,00	IGP-DI	4,50
100,00	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	100,00	IGP-DI	4,50

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

Data de aprovação pelo Conselho Deliberativo: 08/12/2014

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO				
PERÍODO	SEGMENTO	NOME	CPF	CARGO
01/01/2015 a 31/12/2015	PLANO	ARTHUR LOPES LENCASTRE	852.924.607-10	Diretor de Investimentos
	REDA FIXA			
	REDA VARIÁVEL			
	INVESTIMENTOS EXTRUTURADOS			
	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			

CONTROLE DE RISCOS

Risco de Mercado	Associado às flutuações (volatilidade) nos preços dos ativos e nos níveis de taxas.
Risco de Liquidez	Surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado.
Risco Legal	Associado às incertezas relacionadas ao não cumprimento de diretrizes legais.
Risco Operacional	Associado à possibilidade de perdas decorrentes de inadequação na especificação ou condução de processos, sistemas ou projetos da entidade.
Risco Contraparte	Associado às perdas que podem ocorrer caso a contraparte de um título não honre com os seus compromissos.

Os planos realizam apreçamento de ativos financeiros e possuem modelo proprietário de risco.

Estudos de ALM não são realizados.

Observação: A metodologia de apreçamento de ativos financeiros e os modelos de controle de risco são de propriedade do gestor contratado pela Entidade, o Itaú Asset Management.



1. Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

A) 2015

ALOCÇÃO DE RECURSOS

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2015 A 12/2015			
SEGMENTO	MÍNIMO %	MÁXIMO %	ALVO %
RENTA FIXA	58,00	100,00	92,00
RENTA VARIÁVEL	0,00	12,00	8,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	20,00	0,00
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	10,00	0,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental.
Utiliza derivativos.
Avaliação prévia dos riscos envolvidos.
Existência de Sistemas de controles internos.

ALOCÇÃO POR EMISSOR

EMISSION	MÍNIMO%	MÁXIMO%
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE MENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00



1. Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

A) 2015

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR

EMISSION	MÍNIMO%	MÁXIMO%
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO

EMISSION	MÍNIMO%	MÁXIMO%
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00



1. Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

B) 2016

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

INDEXADOR POR PLANO/SEGMENTO - PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2016 A 12/2016				
PARTICIPAÇÃO %	PLANO/SEGMENTO	PERCENTUAL INDEXADOR	INDEXADOR	TAXA DE JUROS %AA
100,00	RENTA FIXA	100,00	IMA Geral	0,00
100,00	RENTA VARIÁVEL	100,00	IBrX	0,00
80,00	PLANO	100,00	IMA Geral	0,00
20,00	PLANO	100,00	IBrX	0,00

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

Data de aprovação pelo Conselho Deliberativo: 02/12/2015

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO				
PERÍODO	SEGMENTO	NOME	CPF	CARGO
01/01/2016 a 31/12/2016	PLANO	ARTHUR LOPES LENCASTRE	852.924.607-10	Diretor de Investimentos
	RENTA FIXA			
	RENTA VARIÁVEL			

CONTROLE DE RISCOS

Risco de Mercado	Associado às flutuações (volatilidade) nos preços dos ativos e nos níveis de taxas.
Risco de Liquidez	Surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado.
Risco Legal	Associado às incertezas relacionadas ao não cumprimento de diretrizes legais.
Risco Operacional	Associado à possibilidade de perdas decorrentes de inadequação na especificação ou condução de processos, sistemas ou projetos da entidade.
Risco Contraparte	Associado às perdas que podem ocorrer caso a contraparte de um título não honre com os seus compromissos.

Os planos realizam apreçamento de ativos financeiros e possuem modelo proprietário de risco.

Estudos de ALM não são realizados.

Observação: A metodologia de apreçamento de ativos financeiros e os modelos de controle de risco são de propriedade do gestor contratado pela Entidade, o Itaú Asset Management.



1. Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

B) 2016

ALOCAÇÃO DE RECURSOS

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 01/2016 A 12/2016			
SEGMENTO	MÍNIMO %	MÁXIMO %	ALVO %
REDA FIXA	50,00	100,00	80,00
REDA VARIÁVEL	0,00	50,00	20,00

A EFPC observa os princípios de responsabilidade socioambiental.
Utiliza derivativos.
Avaliação prévia dos riscos envolvidos.
Existência de Sistemas de controles internos.

ALOCAÇÃO POR EMISSOR

EMISSION	MÍNIMO%	MÁXIMO%
TESOURO NACIONAL	0,00	100,00
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	20,00
TESOURO ESTADUAL OU MUNICIPAL	0,00	10,00
COMPANHIA ABERTA COM REGISTRO NA CVM	0,00	10,00
ORGANISMO MULTILATERAL	0,00	10,00
COMPANHIA SECURITIZADORA	0,00	10,00
PATROCINADOR DO PLANO DE BENEFÍCIO	0,00	10,00
FIDC/FICFIDC	0,00	10,00
FUNDOS DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	10,00
SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	0,00	10,00
FI/FICFI CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE MENTOS ESTRUTURADOS	0,00	10,00



1. Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

B) 2016

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR

EMISSION	MÍNIMO%	MÁXIMO%
% DO CAPITAL VOTANTE DE UMA MESMA CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO CAPITAL TOTAL DE UMA MESMA CIA ABERTA OU DE UMA SPE	0,00	25,00
% DO PL DE UMA MESMA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE ÍNDICE REFERENCIADO EM CESTA DE AÇÕES DE CIA ABERTA	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTO CLASSIFICADO NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDO DE INVESTIMENTOS CLASSIFICADOS NO SEGMENTO DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	25,00
% DO PL DE FUNDOS DE ÍNDICE NO EXTERIOR NEGOCIADOS EM BOLSA DE VALORES NO BRASIL	0,00	25,00
% DO PATRIMÔNIO SEPARADO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS COM REGIME FIDUCIÁRIO	0,00	25,00

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO

EMISSION	MÍNIMO%	MÁXIMO%
% DE UMA SÉRIE DE TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	25,00
% DE UMA MESMA CLASSE OU SÉRIE DE COTAS DE FIDC	0,00	25,00



2. Políticas de Investimentos – Do Plano

PERÍODO: 2015 - 2019
PATROCINADORA: FECOMERCIO
APROVADA EM DEZEMBRO DE 2014

Introdução

Este documento, constituído pela Multiempresas de Previdência Complementar (MÚTIPLA) com anuência da patrocinadora FECOMERCIO, formaliza os objetivos e restrições de investimento da gestão dos recursos do Plano de Benefícios MERCÚRIO, administrado pela MÚTIPLA por meio da designação dos segmentos de ativos utilizados, dos ativos autorizados em cada segmento, das faixas de alocação estratégica e das características e restrições da gestão de cada segmento.

Além das condições, especificações e restrições aqui apresentadas, aplicam-se todas aquelas indicadas na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

1. Meta Atuarial do Plano

O plano é de Contribuição Definida , neste caso, aplicamos como índice de referência o IGP-DI + 4,5% a.a..

2. Diretrizes de Alocação dos Recursos

2.1 - Segmentos de Aplicação

Conforme especificado na regulamentação em vigor, esta política de investimentos refere-se à alocação dos recursos do Plano de Previdência Complementar em cada uma dos seguintes segmentos:

- Renda Fixa;
- Renda Variável;
- Investimentos estruturados;
- Investimentos no exterior;
- Imóveis;
- Operações com participantes.

2.2 - Faixas de Alocação de Recursos

A alocação nas faixas específicas de cada um dos segmentos será feita de acordo com os objetivos da carteira, nas condições especificadas no regulamento do plano, conforme abaixo:

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda fixa	58%	100%	100%
Renda variável	0%	12%	70%
Investimentos Estruturados	0%	20%	20%
Fundos de Investimentos Imobiliários, FIP, FIEE	0%	10%	10%
FI ou FIC Multimercado	0%	10%	10%
Investimentos no exterior	0%	10%	10%
Imóveis	0%	0%	8%
Empréstimos e financiamentos	0%	0%	15%
Empréstimos a participantes	0%	0%	15%
Financiamentos imobiliários a participantes	0%	0%	15%

2.3 - Objetivos da Gestão da Alocação

A gestão da alocação tem por objetivo maximizar a relação retorno versus risco do Plano de Benefícios MERCÚRIO, de acordo com os benchmarks definidos nessa política.

2.4 - Processo de Gestão da Alocação

A gestão de alocação entre os segmentos tem o objetivo de gerar retornos diferenciados, superiores aos seus benchmarks e à meta atuarial de referência, em diferentes horizontes de acumulação, de acordo com o padrão de risco assumido. Além disso, a alocação de ativos deve se manter coerente com seus objetivos de acumulação de longo prazo.

O processo de alocação de ativos visa maximizar a relação retorno x risco, respeitando os limites de concentração (máximos e mínimos) previamente estabelecidos para a carteira, para caracterizar o padrão de aversão ao risco. De forma geral o processo pode ser descrito conforme abaixo.

Na primeira fase, são definidos os cenários macro-econômicos e trajetórias para algumas variáveis básicas da economia, tais como, taxa de juros spot, câmbio, inflação e risco país. Além disso, são definidos cenários alternativos (otimista e pessimista) ao cenário básico.

Na segunda fase, com base no cenário básico, são projetados individualmente valores para diversos fatores de risco, como taxas de juros nominais, taxas de juros reais, inflação implícita, câmbio, e índice Bovespa. Estes valores são utilizados para calcular as expectativas de preço dos ativos para um determinado horizonte de investimento. A partir destes preços são calculadas as expectativas de retorno para cada ativo e sua contribuição para que a carteira



2. Políticas de Investimentos – Do Plano

alcance o seu retorno alvo. Atualmente o horizonte de investimento é trimestral, mas são feitas projeções para horizontes mais longos. Esse processo pode ser revisto a qualquer momento, em função da volatilidade do mercado e de eventuais mudanças no cenário macroeconômico.

Ao longo do processo são consideradas as restrições de investimento específicas da carteira. Além disso, as decisões de movimentação são tomadas de maneira a minimizar os custos de transação diretos (IOF, corretagem, emolumentos, etc.) e indiretos (impacto de mercado nos preços).

O processo de desinvestimento é endógeno ao processo: ativos são vendidos ou comprados em função das decisões de alocação, da sua relação de risco e retorno, e das necessidades de caixa da carteira ou plano de benefícios.

3. Diretrizes para Gestão de cada Segmento

3.1 - Benchmarks por segmento

Ficam estabelecidos os seguintes benchmarks para os segmentos, sendo que tais indicadores não representam qualquer garantia de rentabilidade:

Renda Fixa – Benchmark Híbrido: 90% (105% do CDI) + 10% IMA-B.
Renda Variável – Ibovespa de Fechamento.
Investimentos estruturados – IGP-DI + 5% a.a.
Investimentos no exterior – IGP-DI + 5% a.a.
Imóveis - não se aplica.
Operações com participantes - não se aplica.

3.2 - Benchmark da Carteira Total

97% Benchmark Híbrido da Renda Fixa + 3% Ibovespa de Fechamento.

Os valores percentuais, acima indicados, são brutos de taxa de administração.

3.3 - Segmento de Renda Fixa

Esse segmento é composto por títulos públicos e privados e por operações com derivativos cujo objetivo é sintetizar operações de renda fixa. O processo de decisão de investimentos nesse segmento se baseia na avaliação da estrutura a termo das taxas de juros, mais especificamente o retorno esperado e o risco dos diversos vencimentos componentes da curva de juros nominal e real. Para as emissões em crédito privado considera-se ainda a qualidade do emissor (rating), o prazo da operação e o spread de crédito correspondente.

Limites de Alocação: O limite de alocação nos sub-segmentos segue o disposto na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

Ativos Autorizados: No segmento de renda fixa, estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente, considerando-se que:

3.3.1 - Crédito Privado

A participação em títulos privados no segmento de Renda Fixa está sujeita às restrições da legislação e às restrições descritas abaixo.

Só poderão ser adquiridos os títulos de emissão de Pessoas Jurídicas financeiras e/ou jurídicas não financeiras, cujo “rating” (do emissor, da emissão ou do fundo) na data da aquisição do ativo, seja um dos constantes da tabela abaixo. No caso de classificação feita por mais de uma agência, será considerado apenas o rating mais baixo (pior):

MOODY'S	S&P	Fitch Rating (2)		Austin Rating	SR Rating
		Rating	Score		
Aaa	AAA	AAA	10	AAA	AAA
Aa1	AA+	AA+	9	AA+	AA+
Aa2	AA	AA	9	AA	AA
Aa3	AA-	AA-	9	AA-	AA-
A1	A+	A+	8	A+	A+
A2	A	A	8	A	A
A3	A-	A-	8	A-	A-
Baa1	BBB+	BBB+	7	BBB+	BBB+
Baa2	BBB	BBB	7	BBB	BBB
Baa3	BBB-	BBB-	7	BBB-	BBB-

Estão autorizadas as emissões lastreadas em Depósitos com Garantia Especial de Saque – DPGE, sob o amparo do FGC - Fundo Garantidor de Créditos, desde que limitadas ao montante de R\$ 20 milhões, por emissor, por CNPJ.

3.3.2 - Outras Considerações

- No caso de rebaixamento do respectivo rating após a data de aquisição do ativo, o gestor envidará seus melhores esforços para a negociação do mesmo ao seu critério.
- A MÚLTIPLA tem a prerrogativa de rever a presente política a qualquer momento.
- As operações com derivativos poderão ser utilizadas para posicionamento, exposição ou hedge e deverão seguir as restrições e condições da Resolução CMN 3.792.



2. Políticas de Investimentos – Do Plano

3.4 - Segmento de Renda Variável

Limites de Alocação: O limite de alocação nos sub-segmentos segue o disposto na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

Ativos Autorizados: No segmento de renda variável, estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente, inclusive em cotas de fundos de ações.

As operações com derivativos poderão ser utilizadas para posicionamento, exposição ou hedge e deverão seguir as restrições e condições da Resolução CMN 3.792.

3.5 - Segmento de Investimentos Estruturados

Limites de Alocação: O limite de alocação nos sub-segmentos segue o disposto na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

Ativos Autorizados: No segmento de investimentos estruturados, estão autorizadas as aquisições de cotas de fundos de investimentos e/ou fundos de investimentos em cotas especificados no inciso IV do artigo 20 da resolução 3.792 do CMN, respeitados os limites descritos no item 2.2, acima.

3.6 - Segmento de Investimentos no Exterior

Limites de Alocação: O limite de alocação nos sub-segmentos segue o disposto na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

Ativos Autorizados: No segmento de investimentos no exterior estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente, respeitados os limites descritos no item 2.2, acima.

3.7 - Segmento de Imóveis

Não é permitida a alocação de recursos neste segmento.

3.8 - Segmento de Empréstimos e Financiamento a participante

Não é permitida a alocação de recursos neste segmento.

4. Limites de Alocação e Concentração por Emissor

As restrições de alocação e concentração por emissor são aquelas presentes na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

5. Outras Diretrizes

5.1- Metodologia e Critérios para Avaliação dos Riscos

- Risco de Mercado

O risco de mercado dos investimentos é gerenciado para cada carteira que compõe o segmento em separado.

O processo de gerenciamento e de controle do risco de mercado das carteiras dos Planos da Entidade é feito através da definição e divulgação dos seguintes limites:

Renda Fixa: B-V@R com intervalo de confiança de 95% e horizonte de tempo igual a 21 dias úteis. O limite potencial máximo de perda para o horizonte projetado será equivalente a 0,7% em relação ao Benchmark.

Renda Variável: Tracking Error máximo de 7% em relação ao Ibovespa de Fechamento, para 252 dias úteis.

O monitoramento diário dos limites de risco caberá ao gestor, conforme os limites acima.

- Risco de Crédito

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de inadimplência das contrapartes em operações realizadas com o veículo de investimento considerado (fundos de investimento, carteira administrada, carteira própria, etc.) ou dos emissores de títulos e valores mobiliários integrantes do veículo de investimento, podendo ocorrer, conforme o caso, perdas financeiras até o montante das operações contratadas e não liquidadas, assim como dos rendimentos e/ou do valor do principal dos títulos e valores mobiliários.

Conforme estabelecido no item 3.3.1, a aquisição deste tipo de ativo está sujeita a análise do gestor e a consonância com os ratings mínimos estabelecidos por agências específicas e especificados no referido item. Estes ratings indicam emissores ou emissões consideradas como de baixo risco de crédito, o que mitiga o risco inerente.

Além do mais, em última instância, vale sempre a análise mais conservadora, pois o gestor tem a discricionariedade na alocação de crédito, mesmo estando o emissor enquadrado nos ratings mínimos estabelecidos.

- Risco de Liquidez

O risco de liquidez caracteriza-se pela possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes do veículo de investimento considerado (fundos de investimento, carteira administrada, carteira própria, etc.) nos respectivos mercados em que são negociados. Nesse caso, o gestor do veículo de investimento considerado pode encontrar dificuldades para negociar os referidos títulos e valores mobiliários pelo preço e em tempo desejados, e o custodiante, para liquidar as posições.



2. Políticas de Investimentos – Do Plano

O gerenciamento do risco de liquidez será preocupação constante para a MÚLTIPLA, e, como prudência, a mesma manterá estabelecido ao gestor a manutenção de recursos em ativos de liquidez. Com a adoção dessa política, a MÚLTIPLA elimina a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar seus compromissos no curto prazo.

- Risco Operacional

A Entidade registra eventuais perdas operacionais incorridas, realiza avaliações periódicas de suas atividades e processos, identificando os riscos inerentes e a efetividade dos controles praticados e quando necessário implanta planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles, mecanismo que resulta em menor exposição a riscos.

Do lado da gestão de recursos, a terceirização feita com gestores de porte indica a existência de processos que mitigam tais riscos. Estas instituições, até por força de lei, são obrigadas a ter processos de contínua monitoração de suas atividades, realizando testes e outros procedimentos necessários.

- Risco Legal

Como forma de gerenciar o risco legal a Entidade avalia todos os contratos junto a seus prestadores que participam do processo de investimentos da Entidade além de garantir acesso às possíveis mudanças na regulamentação.

- Risco Sistêmico

Mesmo diante da dificuldade de gerenciar e avaliar o risco sistêmico, a Entidade procurará buscar informações no mercado que a auxiliem nesta avaliação e tomará todas as medidas cabíveis sempre que identificar sinais de alerta no mercado. Mesmo diante da dificuldade de gerenciar e avaliar o risco sistêmico, a Entidade procurará buscar informações no mercado que a auxiliem nesta avaliação e tomará todas as medidas cabíveis sempre que identificar sinais de alerta no mercado.

5.2 - Descrição do processo de Terceirização de Administração, Custódia

O Conselho Deliberativo da MÚLTIPLA decidiu manter a administração de seus recursos terceirizada junto ao Itaú Unibanco.

O Conselho Deliberativo da MÚLTIPLA decidiu manter a custódia de seus ativos financeiros junto ao Itaú Unibanco.

5.3 - Descrição da Estratégia de Formação de Preço

Fica determinado que a determinação dos preços dos ativos siga a política do Administrador de Recursos contratado.

5.4 - Princípios de Responsabilidade Socioambiental

A MÚLTIPLA, suas Patrocinadoras, Participantes e Assistidos, prezam muito os princípios de respeito ao meio ambiente, convívio social e as boas práticas de governança. Portanto, recomenda-se a todos os contratados e prepostos da Entidade observar e zelar por esses princípios.

Entretanto a Entidade não irá impor qualquer limite de investimento que exija a observância de fatores de princípios ambientais, sociais e de governança, cabendo ao Gestor contratado tomar esse tipo de decisão.



2. Políticas de Investimentos – Do Plano

PERÍODO: 2016 – 2020
PATROCINADORA: FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO
APROVADA EM 11 DEZEMBRO DE 2015

Introdução

Este documento, constituído pela Multipla – Multiempresas de Previdência Complementar com anuência da patrocinadora FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO, formaliza os objetivos e restrições de investimento da gestão dos recursos do Plano de Benefícios MERCÚRIO, administrado pela MÚLTIPLA por meio da designação dos segmentos de ativos utilizados, dos ativos autorizados em cada segmento, das faixas de alocação estratégica e das características e restrições da gestão de cada segmento.

Além das condições, especificações e restrições aqui apresentadas, aplicam-se todas aquelas indicadas na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

1. Meta Atuarial do Plano

O plano é de Contribuição Definida , neste caso, aplicamos o índice de referência que é o próprio benchmark.

2. Diretrizes de Alocação dos Recursos

2.1 - Segmentos de Aplicação

Conforme especificado na regulamentação em vigor, esta política de investimentos refere-se à alocação dos recursos do Plano de Previdência Complementar em cada uma dos seguintes segmentos:

- Renda Fixa;
- Renda Variável;
- Investimentos estruturados;
- Investimentos no exterior;
- Imóveis;
- Operações com participantes.

2.2 - Faixas de Alocação de Recursos

A alocação nas faixas específicas de cada um dos segmentos será feita de acordo com os objetivos da carteira, nas condições especificadas no regulamento do plano, conforme abaixo:

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda fixa	68%	100%	100%
Renda variável	0%	12%	70%
Investimentos Estruturados	0%	10%	20%
Fundos de Investimentos Imobiliários, FIP, FIEE	0%	0%	10%
FI ou FIC Multimercado	0%	10%	10%
Investimentos no exterior	0%	10%	10%
Imóveis	0%	0%	8%
Empréstimos e financiamentos	0%	0%	15%
Empréstimos a participantes	0%	0%	15%
Financiamentos imobiliários a participantes	0%	0%	10%

2.3 - Objetivos da Gestão da Alocação

A gestão da alocação tem por objetivo maximizar a relação retorno versus risco do Plano de Benefícios MERCÚRIO, de acordo com os benchmarks definidos nessa política.

2.4 - Processo de Gestão da Alocação

A gestão de alocação entre os segmentos tem o objetivo de gerar retornos diferenciados, superiores aos seus benchmarks e à meta atuarial de referência, em diferentes horizontes de acumulação, de acordo com o padrão de risco assumido. Além disso, a alocação de ativos deve se manter coerente com seus objetivos de acumulação de longo prazo.

O processo de alocação de ativos visa maximizar a relação retorno x risco, respeitando os limites de concentração (máximos e mínimos) previamente estabelecidos para a carteira, para caracterizar o padrão de aversão ao risco. De forma geral o processo pode ser descrito conforme abaixo.

Na primeira fase, são definidos os cenários macro-econômicos e trajetórias para algumas variáveis básicas da economia, tais como, taxa de juros spot, câmbio, inflação e risco país. Além disso, são definidos cenários alternativos (otimista e pessimista) ao cenário básico.

Na segunda fase, com base no cenário básico, são projetados individualmente valores para diversos fatores de risco, como taxas de juros nominais, taxas de juros reais, inflação implícita, câmbio, e índice Bovespa. Estes valores são utilizados para calcular as expectativas de preço dos ativos para um determinado horizonte de investimento. A partir destes preços são calculadas as expectativas de retorno para cada ativo e sua contribuição para que a carteira



2. Políticas de Investimentos – Do Plano

alcance o seu retorno alvo. Atualmente o horizonte de investimento é trimestral, mas são feitas projeções para horizontes mais longos. Esse processo pode ser revisto a qualquer momento, em função da volatilidade do mercado e de eventuais mudanças no cenário macroeconômico.

Ao longo do processo são consideradas as restrições de investimento específicas da carteira. Além disso, as decisões de movimentação são tomadas de maneira a minimizar os custos de transação diretos (IOF, corretagem, emolumentos, etc.) e indiretos (impacto de mercado nos preços).

O processo de desinvestimento é endógeno ao processo: ativos são vendidos ou comprados em função das decisões de alocação, da sua relação de risco e retorno, e das necessidades de caixa da carteira ou plano de benefícios.

3. Diretrizes para Gestão de cada Segmento

3.1 - Benchmarks por segmento

Ficam estabelecidos os seguintes benchmarks para os segmentos, sendo que tais indicadores não representam qualquer garantia de rentabilidade:

Renda Fixa – 73% CDI + 25% IMAB5 + 2% IRFM
Renda Variável – não se aplica.
Investimentos estruturados – não se aplica.
Investimentos no exterior – não se aplica.
Imóveis - não se aplica.
Operações com participantes - não se aplica.

3.2 - Benchmark da Carteira Total

73% CDI + 25% IMAB5 + 2% IRFM.

3.3 - Segmento de Renda Fixa

Esse segmento é composto por títulos públicos e privados e por operações com derivativos cujo objetivo é sintetizar operações de renda fixa. O processo de decisão de investimentos nesse segmento se baseia na avaliação da estrutura a termo das taxas de juros, mais especificamente o retorno esperado e o risco dos diversos vencimentos componentes da curva de juros nominal e real. Para as emissões em crédito privado considera-se ainda a qualidade do emissor (rating), o prazo da operação e o spread de crédito correspondente.

Limites de Alocação: O limite de alocação nos sub-segmentos segue o disposto na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

Ativos Autorizados: No segmento de renda fixa, estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente, considerando-se que:

3.3.1 - Crédito Privado

A participação em títulos privados no segmento de Renda Fixa está sujeita às restrições da legislação e às restrições descritas abaixo.

Só poderão ser adquiridos os títulos de emissão de Pessoas Jurídicas financeiras e/ou jurídicas não financeiras, cujo “rating” (do emissor, da emissão ou do fundo) na data da aquisição do ativo, seja um dos constantes da tabela abaixo. No caso de classificação feita por mais de uma agência, será considerado apenas o rating mais baixo (pior):

MOODY’S	S&P	Fitch Rating (2)		Austin Rating	SR Rating
		Rating	Score		
Aaa	AAA	AAA	10	AAA	AAA
Aa1	AA+	AA+	9	AA+	AA+
Aa2	AA	AA	9	AA	AA
Aa3	AA-	AA-	9	AA-	AA-
A1	A+	A+	8	A+	A+
A2	A	A	8	A	A
A3	A-	A-	8	A-	A-
Baa1	BBB+	BBB+	7	BBB+	BBB+
Baa2	BBB	BBB	7	BBB	BBB
Baa3	BBB-	BBB-	7	BBB-	BBB-

Estão autorizadas as emissões lastreadas em Depósitos com Garantia Especial de Saque – DPGE, sob o amparo do FGC - Fundo Garantidor de Créditos, desde que limitadas ao montante de R\$ 20 milhões, por emissor, por CNPJ.

3.3.2 - Outras Considerações

- No caso de rebaixamento do respectivo rating após a data de aquisição do ativo, o gestor envidará seus melhores esforços para a negociação do mesmo ao seu critério.
- A MÚLTIPLA tem a prerrogativa de rever a presente política a qualquer momento.
- As operações com derivativos poderão ser utilizadas para posicionamento, exposição ou hedge e deverão seguir as restrições e condições da Resolução CMN 3.792.



2. Políticas de Investimentos – Do Plano

3.4 - Segmento de Renda Variável

Limites de Alocação: O limite de alocação nos sub-segmentos segue o disposto na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

Ativos Autorizados: No segmento de renda variável, estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente, inclusive em cotas de fundos de ações.

As operações com derivativos poderão ser utilizadas para posicionamento, exposição ou hedge e deverão seguir as restrições e condições da Resolução CMN 3.792.

3.5 - Segmento de Investimentos Estruturados

Limites de Alocação: O limite de alocação nos sub-segmentos segue o disposto na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

Ativos Autorizados: No segmento de investimentos estruturados, estão autorizadas as aquisições de cotas de fundos de investimentos e/ou fundos de investimentos em cotas especificados no inciso IV do artigo 20 da resolução 3.792 do CMN, respeitados os limites descritos no item 2.2, acima.

3.6 - Segmento de Investimentos no Exterior

Limites de Alocação: O limite de alocação nos sub-segmentos segue o disposto na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

Ativos Autorizados: No segmento de investimentos no exterior estão autorizados todos os ativos permitidos pela legislação vigente, respeitados os limites descritos no item 2.2, acima.

3.7 - Segmento de Imóveis

Não é permitida a alocação de recursos neste segmento.

3.8 - Segmento de Empréstimos e Financiamento a participante

Não é permitida a alocação de recursos neste segmento.

4. Limites de Alocação e Concentração por Emissor

As restrições de alocação e concentração por emissor são aquelas presentes na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009.

5. Outras Diretrizes

5.1- Metodologia e Critérios para Avaliação dos Riscos

▪ Risco de Mercado

Segundo o Artigo 13 da Resolução CMN nº 3792/2009, as entidades devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

O processo de gerenciamento do risco de mercado das carteiras dos Planos da Entidade deve ser feito de acordo com os seguintes limites:

Segmento de Renda Fixa: Limite de B-VaR igual a 0,50%, com intervalo de confiança de 95% e horizonte de tempo igual a 21 dias úteis, em relação ao benchmark de renda fixa.

O monitoramento diário dos limites de risco caberá ao gestor, conforme os limites acima.

▪ Risco de Crédito

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de inadimplência das contrapartes em operações realizadas com o veículo de investimento considerado (fundos de investimento, carteira administrada, carteira própria, etc.) ou dos emissores de títulos e valores mobiliários integrantes do veículo de investimento, podendo ocorrer, conforme o caso, perdas financeiras até o montante das operações contratadas e não liquidadas, assim como dos rendimentos e/ou do valor do principal dos títulos e valores mobiliários.

Conforme estabelecido no item 3.3.1, a aquisição deste tipo de ativo está sujeita a análise do gestor e a consonância com os ratings mínimos estabelecidos por agências específicas e especificados no referido item. Estes ratings indicam emissores ou emissões consideradas como de baixo risco de crédito, o que mitiga o risco inerente.

Além do mais, em última instância, vale sempre a análise mais conservadora, pois o gestor tem a discricionariedade na alocação de crédito, mesmo estando o emissor enquadrado nos ratings mínimos estabelecidos.

▪ Risco de Liquidez

O risco de liquidez caracteriza-se pela possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes do veículo de investimento considerado (fundos de investimento, carteira administrada, carteira própria, etc.) nos respectivos mercados em que são negociados. Nesse caso, o gestor do veículo de investimento considerado pode encontrar dificuldades para negociar os referidos títulos e valores mobiliários pelo preço e em tempo desejados, e o custodiante, para liquidar as posições.



2. Políticas de Investimentos – Do Plano

O gerenciamento do risco de liquidez será preocupação constante para a MÚLTIPLA, e, como prudência, a mesma manterá estabelecido ao gestor a manutenção de recursos em ativos de liquidez. Com a adoção dessa política, a MÚLTIPLA elimina a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar seus compromissos no curto prazo.

- Risco Operacional

A Entidade registra eventuais perdas operacionais incorridas, realiza avaliações periódicas de suas atividades e processos, identificando os riscos inerentes e a efetividade dos controles praticados e quando necessário implanta planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles, mecanismo que resulta em menor exposição a riscos.

Do lado da gestão de recursos, a terceirização feita com gestores de porte indica a existência de processos que mitigam tais riscos. Estas instituições, até por força de lei, são obrigadas a ter processos de contínua monitoração de suas atividades, realizando testes e outros procedimentos necessários.

- Risco Legal

Como forma de gerenciar o risco legal a Entidade avalia todos os contratos junto a seus prestadores que participam do processo de investimentos da Entidade além de garantir acesso às possíveis mudanças na regulamentação.

- Risco Sistêmico

Mesmo diante da dificuldade de gerenciar e avaliar o risco sistêmico, a Entidade procurará buscar informações no mercado que a auxiliem nesta avaliação e tomará todas as medidas cabíveis sempre que identificar sinais de alerta no mercado. Mesmo diante da dificuldade de gerenciar e avaliar o risco sistêmico, a Entidade procurará buscar informações no mercado que a auxiliem nesta avaliação e tomará todas as medidas cabíveis sempre que identificar sinais de alerta no mercado.

5.2 - Descrição do processo de Terceirização de Administração, Custódia

O Conselho Deliberativo da MÚLTIPLA decidiu manter a administração de seus recursos terceirizada junto ao Itaú Unibanco.

O Conselho Deliberativo da MÚLTIPLA decidiu manter a custódia de seus ativos financeiros junto ao Itaú Unibanco.

5.3 - Descrição da Estratégia de Formação de Preço

Fica determinado que a determinação dos preços dos ativos siga a política do Administrador de Recursos contratado.

5.4 - Princípios de Responsabilidade Socioambiental

A MÚLTIPLA, suas Patrocinadoras, Participantes e Assistidos, prezam muito os princípios de respeito ao meio ambiente, convívio social e as boas práticas de governança. Portanto, recomenda-se a todos os contratados e prepostos da Entidade observar e zelar por esses princípios.

Entretanto a Entidade não irá impor qualquer limite de investimento que exija a observância de fatores de princípios ambientais, sociais e de governança, cabendo ao Gestor contratado tomar esse tipo de decisão.



3. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa

MÊS DE REFERÊNCIA: 12/2015
ENTIDADE: 2823-MULTIPLA
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DATA DE GERAÇÃO: 03/03/2016 11:24:41

CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL	VALOR EM R\$
Total Demonstrativo de Investimentos	6.027.992,48
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete)	6.027.992,48
Diferença	0,00

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - CARTEIRA PRÓPRIA - TOTAL	2,40
Depósitos	0,00
Títulos Públicos	0,00
Títulos Privados	0,00
Ações	0,00
Operações Compromissadas	0,00
Participações em SPE	0,00
Derivativos Opções	0,00
Derivativos Termos	0,00
Derivativos Futuros	0,00
Derivativos Swaps	0,00
Empréstimos/Financiamentos	0,00
Carteira Imobiliária	0,00
Valores a Pagar/Receber	2,40
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - FUNDOS (1º NÍVEL) - TOTAL	6.027.990,07
09.344.955/0001-30	1.452,78
20.355.082/0001-02	5.538,12
13.028.336/0001-04	18.900,86
20.355.007/0001-33	16.590,86
07.928.916/0001-55	27.615,78
11.419.818/0001-60	5.527,14
06.175.696/0001-73	162.636,42
01.498.756/0001-75	875,50
20.355.082/0001-02	995,89
20.355.007/0001-33	2.983,46
01.601.394/0001-04	197,25
07.928.916/0001-55	4.971,18
11.419.818/0001-60	994,23
01.498.756/0001-75	630,65
13.028.340/0001-72	75,15
13.028.336/0001-04	50,62
01.601.394/0001-04	165,99
09.125.491/0001-71	45,68
13.412.264/0001-02	68,77
01.498.756/0001-75	89,92
13.028.340/0001-72	21,65
13.028.336/0001-04	14,38



3. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano de Gestão Administrativa

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - FUNDOS (1º NÍVEL) - TOTAL		6.027.990,07
01.601.394/0001-04		23,03
09.125.491/0001-71		64,05
13.412.264/0001-02		8,77
01.498.756/0001-75		1.674.097,34
13.028.340/0001-72		500.015,17
13.028.336/0001-04		332.624,19
07.658.922/0001-30		265.802,98
09.125.491/0001-71		85.145,90
13.412.264/0001-02		123.549,49
16.718.275/0001-03		10.752,28
19.670.733/0001-61		20.377,25
01.498.756/0001-75		1.536.986,76
13.028.340/0001-72		458.758,26
13.028.336/0001-04		305.318,64
07.658.922/0001-30		243.396,31
09.125.491/0001-71		84.494,50
13.412.264/0001-02		106.495,84
16.718.275/0001-03		10.443,24
19.670.733/0001-61		19.193,62

Observações:

- 1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):
 - + 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
 - + 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
 - 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
 - 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos
- 2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:
 - a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
 - b) O valor informado na tela “Cota de Fundos” nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).
- 3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.



4. Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Do Plano

MÊS DE REFERÊNCIA: 12/2015
ENTIDADE: 2823-MULTIPLA
PLANO DE BENEFÍCIOS: 1994000392-PLANO DE BENEFÍCIOS MERCÚRIO
DATA DE GERAÇÃO: 03/03/2016 11:25:39

CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL	VALOR EM R\$
Total Demonstrativo de Investimentos	29.469.529,42
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete)	29.469.529,42
Diferença	0,00

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - CARTEIRA PRÓPRIA - TOTAL	3.097,16
Depósitos	3.097,16
Títulos Públicos	0,00
Títulos Privados	0,00
Ações	0,00
Operações Compromissadas	0,00
Participações em SPE	0,00
Derivativos Opções	0,00
Derivativos Termos	0,00
Derivativos Futuros	0,00
Derivativos Swaps	0,00
Empréstimos/Financiamentos	0,00
Carteira Imobiliária	0,00
Valores a Pagar/Receber	0,00
Exigível Contingencial/Investimentos	0,00

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - FUNDOS (1º NÍVEL) - TOTAL	29.466.432,25
09.344.955/0001-30	566.058,88
20.355.082/0001-02	2.157.852,40
13.028.336/0001-04	7.364.453,10
20.355.007/0001-33	6.464.393,67
07.928.916/0001-55	10.760.100,69
11.419.818/0001-60	2.153.573,49

Observações:

- 1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):
 - + 1.1.0.0.00.00.00 Disponível
 - + 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos
 - 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos
 - 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos
- 2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:
 - a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou
 - b) O valor informado na tela “Cota de Fundos” nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).
- 3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

1. Parecer Atuarial

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2015 do Plano de Benefícios Mercúrio da Patrocinadora Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo administrado pela Múltipla – Multiempresas de Previdência Complementar, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 31/08/2015.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2015. Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade e por sua patrocinadora, verificamos que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completitude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado Portaria nº 606, de 19/11/2015 e publicada no Diário Oficial da União de 20/11/2015.

I – Estatísticas

BENEFÍCIOS A CONCEDER		31/08/2015
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)		
Número		65
Idade média (em anos)		39,8
Tempo de serviço médio (em anos)		7,8
Participantes em aguardo de benefício proporcional¹		
Número		4

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		31/08/2015
Número de aposentados válidos		12
Idade média (em anos)		70,6
Valor médio do benefício (em reais)		7.353
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo		1
Idade média (em anos)		65,9
Valor médio do benefício (em reais)		23.372

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

Por ser o Plano de Benefícios MERCÚRIO estruturado na modalidade de contribuição definida, as provisões matemáticas se igualam aos saldos de conta formados pelas contribuições acrescidas do retorno de investimentos. Assim sendo, não cabe a utilização de quaisquer hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes, com exceção da capacidade salarial de 100% para apuração das contribuições estimadas para o próximo exercício.

O Plano Mercúrio, por ser estruturado na modalidade de contribuição definida não está sujeito à avaliação atuarial anual obrigatória.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os benefícios do plano são avaliados pelo Regime de Capitalização e pelo Método de Capitalização Financeira, conforme descritos a seguir:

O Regime de Capitalização induz ao financiamento gradual dos benefícios futuros ao longo da vida ativa do participante.

A Provisão Matemática de cada participante será seu próprio saldo de conta acumulado. O Custo Normal corresponderá à contribuição definida estabelecida no plano de benefícios, estimada para o próximo ano.

III – Patrimônio Social

Com base em relatório fornecido pela Múltipla – Multiempresas de Previdência Complementar, o Patrimônio Social do Plano de Benefícios Mercúrio em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 29.502.410,03.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Múltipla – Multiempresas de Previdência Complementar. A Entidade informou que todos os seus títulos estão enquadrados na categoria “Títulos para Negociação”.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

VALORES EM R\$	
Patrimônio de Cobertura do Plano	29.502.410,03
Provisões Matemáticas	24.366.794,58
Benefícios Concedidos	24.366.794,58

1. Parecer Atuarial

	VALORES EM R\$
Contribuição Definida	13.113.799,34
Saldo de Conta de Assistidos	13.113.799,34
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
Benefícios a Conceder	11.252.995,24
Contribuição Definida	11.252.995,24
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	5.741.458,20
Saldo de Contas – Parcela Participantes	5.511.537,04
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras do(s) Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Provisão Matemática a Constituir	0,00
Serviço Passado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Patrocinador(es)	0,00

	VALORES EM R\$
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Equilíbrio Técnico	0,00
Resultados Realizados	0,00
Superávit Técnico Acumulado	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	5.135.615,45
Fundo Previdencial – Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	1.445.349,45
Fundo Previdencial – Revisão de Plano	3.625.077,79
Fundo Previdencial de Participante (2009)	140.483,96
Fundo Previdencial de Patrocinadora (2009)	911.878,06
Fundo Previdencial de Participante (2010)	1.233.194,35
Fundo Previdencial de Patrocinadora (2010)	1.339.521,41
Fundo Administrativo	65.188,21
Fundo de Investimento	0,00

O Fundo de Sobras de Contribuição é constituído pelos valores da conta de patrocinadora não utilizados para pagamento de benefícios ou institutos, conforme previsto no artigo 44 do Regulamento do plano.

Foram constituídos, no exercício de 2009, os fundos previdenciais de patrocinadora e de participantes para destinação e utilização facultativa de parte da Reserva Especial.

O “Fundo Previdencial de Patrocinadora 2009” foi constituído com parte da Reserva Especial de 31/12/2009 e tem por finalidade a cobertura integral das contribuições normais da patrocinadora para o Plano de Benefício Mercúrio, por um período estimado de 60 meses, mediante a reversão mensal deste fundo de valor correspondente ao estabelecido nos planos de custeio constantes nos pareceres atuariais de fechamento dos respectivos exercícios. Esse fundo está sendo utilizado desde a competência de julho/2010.

1. Parecer Atuarial

O "Fundo Previdencial de Participantes 2009" foi constituído com parte da Reserva Especial de 31/12/2009 e é atribuível aos participantes ativos e assistidos na forma prevista na Resolução n.º 26/2008. Esse fundo foi segregado entre participante e assistido na proporção das suas reservas matemáticas individuais. A parcela atribuída a cada participante ativo está sendo utilizada para redução das contribuições básicas desde a competência de julho de 2010. Para o assistido foi pago um benefício adicional, nos termos do Regulamento vigente.

Os fundos constituídos em 2009 foram apurados com base na proporção das contribuições entre participantes e patrocinadora verificada nos anos de 2008 e 2009 equivalente a 62,25% e 37,75%, respectivamente.

O "Fundo Previdencial de Patrocinadora 2010" foi constituído com parte da Reserva Especial de 31/12/2010 (32,50%) e tem por finalidade a cobertura integral das contribuições normais da patrocinadora, a partir do esgotamento do Fundo Previdencial de Patrocinadora constituído em 2009.

O "Fundo Previdencial de Participantes 2010" foi constituído com parte da Reserva Especial de 31/12/2010 e atribuível aos participantes e assistidos na forma prevista na Resolução n.º 26/2008. Esse fundo foi segregado entre participante assistido na proporção das suas reservas matemáticas individuais de 31/12/2010. O Fundo Previdencial de participantes 2010 foi utilizado para redução integral das contribuições a partir da competência de maio/2011, desde que esgotada a cota atribuída a cada participante do Fundo Previdencial de Participante em 2009. Para o assistido foi efetuado um pagamento adicional, nos termos previstos no Regulamento do plano.

Os fundos descritos acima foram apurados com base na proporção das contribuições entre participantes e patrocinadora verificada nos anos de 2008, 2009 e 2010 equivalente a 67,50% e 32,50%, respectivamente.

V – Plano de Custeio

Patrocinadoras

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, a patrocinadora deverá efetuar, durante o ano de 2016, as contribuições equivalentes a 2,95% da folha de salários para cobertura das despesas administrativas.

Adicionalmente, as patrocinadoras deverão efetuar as contribuições definidas no regulamento estimadas em, no máximo, 5,57% da folha de salários. Essas contribuições de patrocinadora serão cobertas pela reversão do Fundo Previdencial de Patrocinadora descrito no item IV – Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e Fundos do Plano.

Participantes

As contribuições dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano, que foram estimadas em 31/08/2015 em 10,0% da folha de salários.

As contribuições de participantes serão efetuadas pelo Fundo Previdencial de Reserva de Plano ou de acordo com o disposto no Regulamento do Plano de Benefícios conforme o caso, observada a proporção do montante do Fundo Previdencial que coube a cada um na divisão conforme descrito no item IV deste parecer.

Autopatrocinados

Os participantes autopatrocinados deverão efetuar além de suas contribuições individuais, a contribuição para as despesas administrativas que corresponde a 10% do valor da Unidade de Referência conforme previsto no Regulamento do Plano. Haverá utilização do Fundo Previdencial de Participante de 2009 a 2010, para custeio das contribuições, exceto as destinadas ao custeio das despesas administrativas, observado o valor que coube a cada um na divisão.

Benefícios Proporcionais Diferidos

A contribuição destinada ao custeio das despesas administrativas do participante aguardando benefício proporcional diferido corresponde a 10% do valor da Unidade de Referência conforme previsto no Regulamento do Plano. O participante que optou pelo Benefício Diferido por Desligamento é dispensado do recolhimento de contribuições destinadas ao custeio das despesas administrativas, conforme previsto no regulamento.

O plano de custeio entra em vigor em 01/01/2016.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

VI – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Informamos que o plano se encontra solvente, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.

Willis Towers Watson
Rio de Janeiro, 08 de março de 2016

Adriana Gomes Rodrigues
MIBA nº 992

Tânia Mary C. Neves
Consultora Sênior

2. Parecer do Conselho Fiscal

MÚTIPLA – MULTIEMPRESAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

CNPJ 71.734.842/0001-15

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame das Demonstrações Contábeis, consolidadas e individuais por plano de benefícios, e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2015, baseados nas normas pertinentes e nos pareceres das consultorias atuariais, estudos de aderência e no parecer dos Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal da **MÚTIPLA – MULTIEMPRESAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (“MÚTIPLA”)**, concluíram, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da MÚTIPLA em 31.12.15, recomendando a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo (SP), 11 de março de 2016.

José Augusto Paula Marques – Presidente
Marcio Barros Souza – Conselheiro

2. Parecer do Conselho Fiscal

MÚLTIPLA – MULTIEMPRESAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

CNPJ 71.734.842/0001-15

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DE 11 DE MARÇO DE 2016

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 11.3.16, às 15h30, na Avenida Álvaro Ramos, 991, Térreo, Sala 2, em São Paulo (SP).

MESA: José Augusto Paula Marques – Presidente; e Reginaldo José Camilo – Secretário.

QUORUM: Totalidade dos membros, averbada a presença de José Augusto Paula Marques – Presidente; Marcio Barros Souza – Conselheiro; e Wellington Miranda de Argolo – Conselheiro Suplente, conforme lista de presença arquivada na sede. Registrada a participação dos conselheiros suplentes Vagner Carvalho dos Santos e Celio Ricardo de Souza, sem direito a voto.

CONVOCAÇÃO: Por meio de correspondência endereçada aos Conselheiros.

PAUTA:

I) Matérias informativas:

- Manifestação do Conselho Deliberativo;
- Processos/Ofícios PREVIC;
- Status da Certificação;
- Recomposição da Diretoria;
- Recadastramento de Assistidos 2015 – Status Atual;
- Cronograma de Recadastramento 2015/2016; e
- Resolução CGPC nº 26.

II) Matérias para deliberação:

- Parecer do Conselho Fiscal – Controles Internos, nos termos do art. 19 da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (“CGPC”) 13/04;
- Posição Financeira:
 - Posição Patrimonial;
 - Evolução do Equilíbrio Técnico;
 - Demonstração do Resultado; e
 - Fundo Previdencial e Fundo Administrativo.

- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2015 (“Exercício de 2015”);

- Parecer da Auditoria Independente; e 3.2) Pareceres das Consultorias Atuariais e Estudos de Aderência.

Os assuntos da pauta encontram-se registrados no caderno da “Reunião do Conselho Fiscal – MÚLTIPLA”, entregue aos presentes juntamente com o Relatório Semestral de Exame dos Controles Internos – data-base 31.12.2015 e demais documentos atinentes à reunião, os quais ficarão arquivados na sede da Entidade.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:

1) Parecer do Conselho Fiscal – Controles Internos

Após exame das informações apresentadas e considerando as premissas e hipóteses atuariais adotadas, os membros do Conselho Fiscal resolveram lavrar o parecer a seguir transcrito, nos termos do artigo 19 da Resolução CGPC 13/04:

“PARECER DO CONSELHO FISCAL – CONTROLES INTERNOS

Os Conselheiros Fiscais da **MÚLTIPLA – MULTIEMPRESAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (“MÚLTIPLA”)** procederam ao exame semestral da estrutura de controles internos da Entidade, nos termos do artigo 19 da Resolução 13/04 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (“CGPC”). Os exames foram realizados com o objetivo de comprovar a adequação e/ou aderência dos itens abaixo relacionados, em todos os seus aspectos relevantes, na data-base 31.12.2015 e tiveram como base as informações contábeis e de controles internos da Entidade e o Relatório Semestral de Exame dos Controles Internos, do qual o presente parecer passa a fazer parte:

- aderência da gestão dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios administrados pela MÚLTIPLA às normas em vigor e às políticas de investimentos;
- aderência das premissas e hipóteses atuariais;
- adequação da execução orçamentária; e
- adequação dos controles internos existentes frente aos riscos inerentes às operações.

Com base nos documentos apresentados, o Conselho Fiscal concluiu que:

- a gestão dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios está em conformidade com as normas em vigor e com as políticas de investimentos;
- (ii) com relação às premissas e hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial dos planos de benefícios:

2. Parecer do Conselho Fiscal

- › **taxas de juros:** considerando os estudos de aderência elaborados pela consultoria atuarial responsável pelos planos, cujas taxas estão entre os limites inferior e superior da taxa de juros parâmetro, concluiu-se que a premissa taxa real de juros está aderente aos respectivos planos;
 - › **taxa de crescimento real de salários:** com base na manifestação das patrocinadoras, e nos estudos de aderência desenvolvidos pelas consultorias atuariais, concluiu-se que as taxas de crescimento real de salário adotadas estão adequadas à característica da massa de participantes;
 - › **rotatividade:** considerando que no período analisado as ocorrências se apresentaram em geral abaixo do esperado, entretanto, considerando que a adoção desta hipótese tem baixo impacto nos resultados das provisões matemáticas, dada a modalidade de benefícios dos planos, concluiu-se que a premissa está aderente à massa de participantes dos planos;
 - › **tábua de mortalidade geral:** considerando que as ocorrências ficaram abaixo do esperado, sendo que o desvio em número absoluto tem pouca representatividade em relação à massa total de participantes e considerando a modalidade dos planos, concluiu-se pela aderência desta premissa;
 - › **tábua de mortalidade de inválidos:** considerando que não há amostragem suficiente para ser analisada e o baixo impacto desta premissa nos cálculos atuariais, concluiu-se que a premissa está aderente à massa de participantes;
 - › **tábua de entrada em invalidez:** considerando que as ocorrências do Plano SENAC ficaram abaixo do esperado, sendo que o desvio em número absoluto tem pouca representatividade em relação à massa total de participantes e considerando que esta premissa tem baixo impacto nos resultados das provisões matemáticas, dada a modalidade de benefícios dos planos, e o estudo de aderência de 2013, concluiu-se pela aderência da premissa;
 - › **projeção de crescimento real de benefícios dos planos:** concluiu-se que esta premissa está aderente aos regulamentos dos planos de benefícios;
 - › **fator de capacidade:** considerando que a premissa projeta uma inflação média de longo prazo, bem como os fatores observados atualmente no cenário econômico do Brasil, recomenda-se manter o acompanhamento desta premissa.
- (iii) Considerando que os gastos com as despesas administrativas se situaram abaixo do orçamento previsto e que as oscilações fora da meta não comprometeram o orçamento global, concluiu-se que a execução orçamentária 2015 foi efetuada de forma adequada;

- (iv) Com base nos trabalhos efetuados no 2º semestre de 2015 de acordo com metodologia específica, concluiu-se que o ambiente de controles é adequado para a realização das atividades da Entidade.

Complementarmente, o Conselho Fiscal solicita à Diretoria Executiva que encaminhe ao Conselho Deliberativo, para conhecimento e deliberação sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas. São Paulo (SP), 11 de março de 2016. (aa) José Augusto Paula Marques – Presidente e Marcio Barros Souza – Conselheiro.”

Premissas atuariais e custeio previdencial

- *Premissas Atuariais*
Após análise e discussão, com base nos estudos de premissas demográficas, o Conselho Fiscal manifestou-se favoravelmente com relação às premissas e hipóteses atuariais adotadas para 2015, com a alteração abaixo, se comparadas com as adotadas em 2014, recomendando sua aprovação pelo Conselho Deliberativo:
- Sesc
- Taxa de Crescimento Real de Salários: de 3% em 2014 para 3,35% em 2015.

2) Posição Financeira

Após a apresentação (a) da Posição Patrimonial, (b) da Evolução do Equilíbrio Técnico, (c) da Demonstração do Resultado do exercício de 2015 e (d) dos Fundo Previdencial e Fundo Administrativo, os Conselheiros opinaram favoravelmente pela sua adequação e recomendaram sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

3) Parecer sobre as Demonstrações financeiras relativas ao Exercício de 2015; 4.1) Parecer da Auditoria Independente; e 4.2) Pareceres das Consultorias Atuariais e Estudos de Aderência.

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame do balanço patrimonial e das notas explicativas às demonstrações contábeis do Exercício de 2015, baseados nos pareceres das consultorias atuariais, estudos de aderência e no parecer do auditor independente PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal resolveram lavrar o parecer a seguir transcrito:

“PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame das Demonstrações Contábeis, consolidadas e individuais por plano de benefícios, e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2015, baseados nas normas pertinentes e nos pareceres das consultorias atuariais, estudos de aderência e no parecer

2. Parecer do Conselho Fiscal

dos Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal da **MÚTIPLA – MULTIEMPRESAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (“MÚTIPLA”)**, concluíram, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da MÚTIPLA em 31.12.15, recomendando a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo. São Paulo (SP), 11 de março de 2016. (aa) José Augusto Paula Marques – Presidente e Marcio Barros Souza – Conselheiro.”

ENCERRAMENTO: Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada.

São Paulo (SP), 11 de março de 2016.

JOSÉ AUGUSTO PAULA MARQUES
Presidente da Reunião

REGINALDO JOSÉ CAMILO
Secretário da Reunião

CONSELHEIROS:

JOSÉ AUGUSTO PAULA MARQUES
Presidente

MARCIO BARROS SOUZA
Conselheiro

MÚTIPLA – MULTIEMPRESAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
CNPJ 71.734.842/0001-15

PARECER DO CONSELHO FISCAL – CONTROLES INTERNOS

Os Conselheiros Fiscais da **MÚTIPLA – MULTIEMPRESAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (“MÚTIPLA”)** procederam ao exame semestral da estrutura de controles internos da Entidade, nos termos do artigo 19 da Resolução 13/04 do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (“CGPC”). Os exames foram realizados com o objetivo de comprovar a adequação e/ou aderência dos itens abaixo relacionados, em todos os seus aspectos relevantes, na data-base 31.12.2015 e tiveram como base as informações contábeis e de controles internos da Entidade e o Relatório Semestral de Exame dos Controles Internos, do qual o presente parecer passa a fazer parte:

- I. aderência da gestão dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios administrados pela MÚTIPLA às normas em vigor e às políticas de investimentos;
- II. aderência das premissas e hipóteses atuariais;
- III. adequação da execução orçamentária; e
- IV. adequação dos controles internos existentes frente aos riscos inerentes às operações.

Com base nos documentos apresentados, o Conselho Fiscal concluiu que:

- (i) a gestão dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios está em conformidade com as normas em vigor e com as políticas de investimentos;
- (ii) com relação às premissas e hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial dos planos de benefícios:
 - › **taxas de juros:** considerando os estudos de aderência elaborados pela consultoria atuarial responsável pelos planos, cujas taxas estão entre os limites inferior e superior da taxa de juros parâmetro, concluiu-se que a premissa taxa real de juros está aderente aos respectivos planos;
 - › **taxa de crescimento real de salários:** com base na manifestação das patrocinadoras, e nos estudos de aderência desenvolvidos pelas consultorias atuariais, concluiu-se que as taxas de crescimento real de salário adotadas estão adequadas à característica da massa de participantes;
 - › **rotatividade:** considerando que no período analisado as ocorrências se apresentaram em geral abaixo do esperado, entretanto, considerando que a adoção desta hipótese tem baixo impacto nos resultados das provisões matemáticas, dada a modalidade de benefícios dos planos, concluiu-se que a premissa está aderente à massa de participantes dos planos;
 - › **tábua de mortalidade geral:** considerando que as ocorrências ficaram abaixo do esperado, sendo que o desvio em número absoluto tem pouca representatividade em relação à massa total de participantes e considerando a modalidade dos planos, concluiu-se pela aderência desta premissa;
 - › **tábua de mortalidade de inválidos:** considerando que não há amostragem suficiente para ser analisada e o baixo impacto desta premissa nos cálculos atuariais, concluiu-se que a premissa está aderente à massa de participantes;
 - › **tábua de entrada em invalidez:** considerando que as ocorrências do Plano SENAC ficaram abaixo do esperado, sendo que o desvio em número absoluto tem pouca representatividade em relação à massa total de participantes

2. Parecer do Conselho Fiscal

e considerando que esta premissa tem baixo impacto nos resultados das provisões matemáticas, dada a modalidade de benefícios dos planos, e o estudo de aderência de 2013, concluiu-se pela aderência da premissa;

- › **projeção de crescimento real de benefícios dos planos:** concluiu-se que esta premissa está aderente aos regulamentos dos planos de benefícios;
 - › **fator de capacidade:** considerando que a premissa projeta uma inflação média de longo prazo, bem como os fatores observados atualmente no cenário econômico do Brasil, recomenda-se manter o acompanhamento desta premissa.
- (iii) Considerando que os gastos com as despesas administrativas se situaram abaixo do orçamento previsto e que as oscilações fora da meta não comprometeram o orçamento global, concluiu-se que a execução orçamentária 2015 foi efetuada de forma adequada;
- (iv) Com base nos trabalhos efetuados no 2º semestre de 2015 de acordo com metodologia específica, concluiu-se que o ambiente de controles é adequado para a realização das atividades da Entidade.

Complementarmente, o Conselho Fiscal solicita à Diretoria Executiva que encaminhe ao Conselho Deliberativo, para conhecimento e deliberação sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas.

São Paulo (SP), 11 de março de 2016.

JOSÉ AUGUSTO PAULA MARQUES
Presidente

MARCIO BARROS SOUZA
Conselheiro

MÚLTIPLA – MULTIEMPRESAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

CNPJ 71.734.842/0001-15

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame das Demonstrações Contábeis, consolidadas e individuais por plano de benefícios, e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis encerradas em 31.12.2015, baseados nas normas pertinentes e nos pareceres das consultorias atuariais, estudos de aderência e no parecer dos Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal da **MÚLTIPLA MULTIEMPRESAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (“MÚLTIPLA”)**, concluíram, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da MÚLTIPLA em 31.12.15, recomendando a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo (SP), 11 de março de 2016.

JOSÉ AUGUSTO PAULA MARQUES
Presidente

MARCIO BARROS SOUZA
Conselheiro

3. Ata da Reunião do Conselho Deliberativo

MÚLTIPLA – MULTIENTREPRISES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

CNPJ 71.734.842/0001-15

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DE 21 DE MARÇO DE 2016

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 21.3.16, às 15h30, na Avenida Álvaro Ramos, 991, em São Paulo (SP).

MESA: Laercio Fernandes Marques - Presidente; e Reginaldo José Camilo - Secretário.

QUORUM: Totalidade dos membros, averbada a presença de Laercio Fernandes Marques – Presidente; Juvenal Francisco Loures, Keila Cristina Angélico da Silva, Noboru Takarabe e Vicente Paulo Araújo Girodo – Conselheiros; e José Menezes Neto – Conselheiro Suplente, conforme lista de presença arquivada na sede.

CONVOCAÇÃO: Por meio de correspondência endereçada aos Conselheiros.

PAUTA:

I) Matérias informativas:

1. Processos / Ofícios PREVIC
2. Cronograma de Recadastramento 2015 / 2016
3. Informações ao COAF
4. Resolução CGPC nº 26, com a redação da Resolução CNPC nº 22
5. Investimentos
 - . Enquadramento aos Limites Legais e de Política de Investimentos
 - . Revisão das Políticas de Investimentos
 - . Performance dos Ativos Garantidores
6. Status da Certificação dos Conselheiros

II) Matérias para deliberação:

1. Manifestação do Conselho Fiscal
2. Recomposição da Diretoria
3. Código de Ética e Conduta e Termo de Adesão
4. Inst. Conj. 01/2014
5. Renovação do Seguro PTL
6. Auditoria Externa
7. Premissas Atuariais e Custeio Previdencial

8. Resumo Contábil
 - . Balanço Patrimonial e Resultado
 - . Evolução do Equilíbrio Técnico
 - . Reserva Especial x Fundo Previdencial
 - . Demonstração do Resultado
 - . Fundo Previdencial e Fundo Administrativo
9. Realização Orçamentária
10. Demonstrações Financeiras e Parecer da Auditoria
11. Parecer Atuarial

Os assuntos supra referidos, apresentados pelos membros da Diretoria Executiva, encontram-se registrados no caderno da “Reunião do Conselho Deliberativo – Múltipla Previdência Complementar”, entregue aos presentes juntamente com o Relatório Semestral de Exame dos Controles Internos – data-base 31.12.2015 e demais documentos atinentes à reunião, os quais ficarão arquivados na sede da Entidade.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:

1. Manifestação do Conselho Fiscal

O Conselho Deliberativo tomou conhecimento da Manifestação do Conselho Fiscal de que trata o artigo 19 da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (“CGPC”) 13/04 e concordou com seu parecer sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores, a aderência das premissas e hipóteses atuariais, a adequação da execução orçamentária e a adequação dos controles internos existentes frente aos riscos inerentes às operações.

2. Recomposição da Diretoria

Eleito ARNALDO ALVES DOS SANTOS, brasileiro, casado, contador, RG-SSP/SP 19.754.289-X, CPF 143.170.828-37, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, Torre Alfredo Egydio, 12º andar, CEP 04207-000 para o cargo de Diretor, no mandato trienal em curso, que vigorará até a posse dos eleitos na Reunião do Conselho Deliberativo de março de 2018 e em substituição a ANDREA VIVAN DE SOUZA COUTINHO, que deixa de exercer suas funções nesta data.

Atribuídas ao Diretor Arnaldo Alves dos Santos as seguintes responsabilidades:

- Plano de Benefícios – Resolução do Ministério da Previdência Social/ Conselho de Gestão da Previdência Complementar 18/06; e
- Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro – Lei 9.613/98.

3. Ata da Reunião do Conselho Deliberativo

Registrado que o eleito (i) atende aos requisitos normativos e estatutários; (ii) tomará posse, nesta data, mediante assinatura no livro próprio da Entidade; e (iii) findo o mandato, permanecerá em pleno exercício do cargo até a posse de seus substitutos.

3. Código de Ética e Conduta e Termo de Adesão

Após apresentação pela Diretoria, o Conselho Deliberativo aprovou o Código de Ética e Conduta da Múltipla.

4. Instrução Conjunta 01/2014

Aprovada a adequação dos regulamentos dos planos ao disposto no art. 12 da Instrução Conjunta nº 01/2014, adotando-se a cota do ativo do respectivo plano, ou perfil de investimento, para atualização do valor a ser portado.

5. Renovação do Seguro PTL

Aprovada a renovação do Seguro PTL, nos termos apresentados pela Diretoria.

6. Auditoria Externa

Aprovada a contratação de trabalhos adicionais da auditoria externa *PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes*, relacionados a teste sobre lançamentos contábeis e a aplicações financeiras, nos termos apresentados pela Diretoria.

7. Premissas atuariais e custeio previdencial

- *Premissas Atuariais*
Com base nos estudos técnicos de aderência, ora aprovados por este Conselho, e considerando a manifestação favorável do Conselho Fiscal, aprovada para o exercício de 2015 a manutenção das premissas e hipóteses atuariais adotadas em 2014, com a seguinte alteração:
 - *Sesc*
Taxa de Crescimento Real de Salários: de 3% em 2014 para 3,35% em 2015.
- *Custeio Previdencial*
Após análise e discussão, aprovado o plano de custeio previdencial para 2016, conforme estabelecido no parecer atuarial.

8. Posição Financeira

Após análise e discussão, considerando o parecer favorável do Conselho Fiscal, foram aprovados (i) a posição

patrimonial, (ii) a evolução do equilíbrio técnico, (iii) a Reserva Especial e o Fundo Previdencial, (iv) o resultado acumulado do exercício de 2015 comparativamente com o ano anterior, (v) o Fundo Previdencial e o Fundo Administrativo e (vi) a realização orçamentária.

9. Demonstrações Financeiras, Equilíbrio Técnico e Notas Explicativas relativos ao Exercício de 2015, acompanhadas dos Pareceres Atuariais, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal

Após detido exame das demonstrações financeiras de 31.12.2015, acompanhadas dos pareceres das consultorias atuariais, dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, o Conselho Deliberativo aprovou as referidas demonstrações contábeis, na forma da seguinte manifestação:

“MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame das Demonstrações Financeiras, consolidadas e individuais por plano de benefícios, e das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2015, com base nos estudos técnicos de aderência, nos pareceres do Conselho Fiscal, das consultorias atuariais, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e nas normas pertinentes, os membros do Conselho Deliberativo da MÚLTIPLA - MULTIMPRESAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR deliberaram unanimemente aprovar os referidos documentos, entendendo que os mesmos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31.12.2015. São Paulo (SP), 21 de março de 2016. (aa) Laercio Fernandes Marques – Presidente; Juvenal Francisco Loures, Keila Cristina Angélico da Silva, Noboru Takarabe e Vicente Paulo Araújo Girodo – Conselheiros; e José Menezes Neto – Conselheiro Suplente.”

ENCERRAMENTO: Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada pelos membros da mesa para os registros e efeitos necessários.

São Paulo (SP), 21 de março de 2016.

LAERCIO FERNANDES MARQUES
Presidente

JUVENAL FRANCISCO LOURES
Conselheiro

KEILA CRISTINA ANGÉLICO DA SILVA
Conselheira

NOBORU TAKARABE
Conselheiro

VICENTE PAULO ARAÚJO GIRODO
Conselheiro

JOSÉ MENEZES NETO
Conselheiro Suplente

REGINALDO JOSÉ CAMILO
Secretário

3. Ata da Reunião do Conselho Deliberativo

MÚLTIPLA – MULTIEMPRESAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

CNPJ 71.734.842/0001-15

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, após exame das Demonstrações Financeiras, consolidadas e individuais por plano de benefícios, e das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2015, com base nos estudos técnicos de aderência, nos pareceres do Conselho Fiscal, das consultorias atuariais, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e nas normas pertinentes, os membros do Conselho Deliberativo da MÚLTIPLA - MULTIEMPRESAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR deliberaram unanimemente aprovar os referidos documentos, entendendo que os mesmos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31.12.2015.

São Paulo (SP), 21 de março de 2016.

LAERCIO FERNANDES MARQUES
Presidente

JUVENAL FRANCISCO LOURES
Conselheiro

KEILA CRISTINA ANGÉLICO DA SILVA
Conselheira

NOBORU TAKARABE
Conselheiro

VICENTE PAULO ARAÚJO GIRODO
Conselheiro

JOSÉ MENEZES NETO
Conselheiro Suplente

REGINALDO JOSÉ CAMILO
Secretário



MULTIPLA

Fale Conosco:

4004-4509 (capitais e regiões metropolitanas)
0800 722 4509 (demais localidades)